

## II ENCONTRO PELA EDUCAÇÃO PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TEMA: AFROCONSCIÊNCIA E A LEI 10.693/2003

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Escola Institucional do Ministério Público (CEAF), em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc), com a 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte e com apoio do Movimento Conspiração Mineira pela Educação, tem a satisfação de recebê-los neste II Encontro pela Educação, com o tema “Afroconsciência e a Lei 10.639/2003”. Esses encontros serão mensais e têm como proposta um ciclo de palestras e debates voltados para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à Educação. Esses encontros de atuali-

zação, nas diversas áreas do conhecimento, fazem parte das comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chega aos seus 25 anos no dia 13 de julho de 2015. O encontro está sendo gravado para ser disponibilizado na Escola Virtual. Convidamos à mesa:

- a coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick;
- a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), professora Nilma Lino Gomes;
- a secretária de Estado da Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos;
- a coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível de Belo Horizonte, promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema;
- o secretário municipal adjunto de Educação de Belo Horizonte, Afonso Celso Renan Barbosa, representando a secretária municipal de Educação, professora Sueli Maria Baliza Dias.

A promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick fará a abertura deste encontro.

**MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:**

Bom dia a todos. É um prazer recebê-los nesta segunda palestra do Encontro sobre Educação no Ministério Público de Minas Gerais. É uma honra e uma alegria que nós possamos discutir a respeito da Educação aqui no Ministério Público, instituição cidadã promotora da inclusão social. Esses encontros, que serão mensais, são fruto da parceria entre a Coordenadoria de Estado de Defesa da Educação (Proeduc), que estou coordenando há quatro anos, e a 23ª Promotoria Cível da Capital, aqui representada pela minha colega e amiga, Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema. Estamos realizando esse encontro não apenas por ocasião do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também para que possamos discutir a educação como direito inalienável, difuso e coletivo de toda a sociedade. Podemos observar que o *banner* da Proeduc apresenta o tema da Educação Inclusiva – Educação para Todos – porque o Ministério Público realmente tem por objetivo ser parceiro no trabalho de construir um sistema educacional inclusivo, abarcando todas as questões da diversidade e das diferenças. Hoje temos a honra de abordar o tema Afroconsciência e a Lei 10.639.

Eu gostaria de cumprimentar a seleta mesa, em primeiro lugar a nossa convidada, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes. Nilma é

também professora, tem um grande trabalho sobre a questão da Afroconsciência e vai nos brindar com sua palestra. Muito obrigada pela presença! É uma honra recebê-la e será um prazer ouvi-la.

A secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, nossa parceira desde a época da Secretaria Municipal de Educação e da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* (Secadi). Macaé vai nos brindar com sua fala a respeito da Campanha Afroconsciência.

A coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte, a promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, nossa parceira neste Encontro sobre Educação no Ministério Público.

O secretário municipal adjunto de Educação de Belo Horizonte, professor Afonso Celso Renan Barbosa, representando a secretária municipal de Educação, Sueli Maria Baliza Dias.

A ouvidora educacional da Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, professora Guiomar Lara, representando o ouvidor-geral do Estado de Minas Gerais, Fábio Caldeira.

A presidente do Sindicato dos Profissionais Especialistas em Educação do Ensino Público do Estado de Minas Gerais, Sindesp-MG, Giselia Castro Pinto.

A secretária de combate ao racismo e membro do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo, Cleide Hilda Dilma Souza.

A coordenadora do Centro de Apoio Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Nívia Mônica, parceira na aplicação da lei 10.639, no combate ao racismo e nas questões do direito à diversidade no Ministério Público Nacional, no GT dos Direitos Humanos e no recém-criado GT da Educação do Conselho Nacional do Ministério Público. A Proeduc é parceira do Centro de Apoio dos Direitos Humanos, no tocante à aplicação da Lei 10.639, e em projetos como o Educando para a Diversidade, promovendo palestras em escolas.

A promotora de Justiça Carla Lafetá, com quem nós da Coordenadoria de Defesa da Educação temos uma parceria em um trabalho da lavra dela, a cartilha “Uma semente para um mundo melhor”, um trabalho de mais de dez anos que ela iniciou no que tange ao Ministério Público sobre a questão de atos de indisciplina e de violência escolar. Dra. Carla Lafetá, seja também muito bem-vinda a essa discussão sobre a Afroconsciência e a Lei 10.639.

Gostaria também de fazer um cumprimento ao Sr. Arcanjo Carlos Pimenta, presidente do PMDB Afro e diretor do SOS Racismo.

Cumprimento todos os servidores, colegas, amigos e parceiros da Educação. Cumprimento os servidores da Proeduc: Simone, Paulo, Rosane, Ana, meus colegas e parceiros para a realização desse trabalho.

Hoje, vamos falar sobre a Lei 10.639. Que lei é essa? A Lei 10.639 introduz o art. 26-A na própria LDB e estabelece o seguinte: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Então, vamos debater quais foram e são as dificuldades para implementar essa lei, como ela pode ser efetivamente implementada, quais são as pesquisas que o Estado de Minas Gerais vem fazendo, como está o trabalho de coleta de dados junto às escolas para verificar a aplicação da lei, como, por exemplo, o trabalho da professora Iara Félix Viana, da Sra. Andréia e da Sra. Soraia. Vamos debater a questão da afroconsciência, do combate a preconceitos, da verificação da exclusão na nossa cultura. Como estamos combatendo essa situação e transformando-a numa nova realidade, de um sistema educacional inclusivo? Esperamos que este trabalho seja muito rico. Gostaria também de registrar que estou fazendo a abertura deste evento, representando o procurador-geral de Justiça, que se encontra em viagem. Sejam muito bem-vindos ao Ministério Público de Minas Gerais, somos todos parceiros na implementação da Lei 10.639. Muito obrigada!

**CERIMONIAL:** Com a palavra, o secretário municipal adjunto de educação de Belo Horizonte Afonso Celso Renan Barbosa.

**AFONSO CELSO RENAN BARBOSA:** Bom dia a todos! Primeiramente, apresento as desculpas da professora Sueli, que está no encerramento do Congresso Estadual da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) em Belo Horizonte. Então nós dividimos as tarefas e eu terei o prazer de partilhar desta atividade com vocês. Minha saudação a todos! Muito bem-vindos, em especial os colegas do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação, um dos núcleos de trabalho mais ativos que nós temos. Saúdo a Dra. Maria Elmira; a Dra. Santa Gema; a ministra Nilma, que já foi nossa colega na Rede Municipal de Educação; a Macaé, nossa colega de trabalho e de luta por uma escola para todos. Este evento vem a calhar neste momento muito sensível que vivemos. Momento em que alguns setores da sociedade, ao se manifestarem sobre o que pensam e querem do país, costumam atropelar a necessidade de respeito a outros segmentos, sobretudo minorias, e evocam um retrocesso enorme que é a mudança da idade de criminalização no país, como se isso fosse uma grande solução. Nesses momentos de sensibilidade, temos que lutar por uma escola para todos. Em Belo Horizonte, temos uma rede com mui-

ta atenção, a Dra. Santa Gema e a Dra. Maria Elmira sabem disso. Apesar das precariedades, as nossas escolas, os professores, os servidores e toda a estrutura da Secretaria primam por uma escola que não recusa ninguém, em nenhuma condição, em nenhuma situação e em nenhuma época. Esta é a escola pela qual eu vou continuar lutando, pois acho que é a escola de que o povo brasileiro precisa. As escolas municipais de Belo Horizonte estão absolutamente abertas a todos, sejam bem-vindos a elas.

**CERIMONIAL:** Com a palavra, a secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos.

**MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS:** Bom dia a todos e a todas! Com alegria, participo deste encontro no Ministério Público, pela importância do debate sobre a educação para todos e sobre o respeito às diferenças. Temos aqui uma convergência muito importante de pessoas muito queridas, amigas e militantes pela causa da educação, dos direitos humanos, pela defesa da vida. É muito bom quando podemos construir essa convergência.

Quero saudar a Dra. Maria Elmira, que é nossa grande parceira, não só na promoção da igualdade racial, mas também na inclusão das pessoas com deficiência, na construção do Plano Nacional de Educação, em especial no debate sobre a Meta 4, que trata da construção de uma escola inclusiva.

A sociedade brasileira ainda se estrutura sobre a exclusão, sobre a construção de hierarquias que tomam como referência seja a cor da pele e o cabelo, seja a condição física e sensorial das pessoas. Então o que nos irmana aqui nesta manhã é um conceito de educação e uma perspectiva de projeto de sociedade que pense uma condição igualitária para todos e respeite cada vez mais os direitos humanos. É claro que quanto mais a consciência do direito vai se alargando, também as alas conservadoras vão mostrando o seu lado mais perverso. Então determinadas concepções que há cinco, dez anos, as pessoas não tinham coragem de dizer publicamente – podiam até pensar, mas não diziam publicamente – hoje são ditas, inclusive no nosso Congresso Nacional. Portanto, é muito importante um espaço como este, de organização, de aprofundamento, para que possamos fazer esse debate, essa militância, se quisermos de fato uma sociedade mais justa.

Saúdo a querida ministra Nilma, nossa amiga, colega de trabalho, que foi professora da Rede Municipal de Educação, e hoje da Universidade Federal de Minas Gerais, que formou vários de nós professores, pela sua atuação, pelos seus estudos e pesquisas. Ficamos muito felizes, primeiramente em tê-la como ministra, e também por tê-la aqui em Belo Horizonte e no Ministério Público.

Saúdo a promotora de Justiça Maria de Lurdes, que já nos apertou e não foi pouco! [risos], foi por causa do atendi-

mento da Educação Infantil, e “deu no que deu”, toda vez que você vê uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) em Belo Horizonte não é, Maria de Lurdes, você imagina o quê? *Ainda bem que eu pressionei a prefeitura para garantir o direito das crianças!* É uma alegria, Dra. Maria de Lourdes, trabalharmos juntas para que possamos avançar na pauta da escola pública para todos.

Saúdo a Dra. Nívia Mônica, que é nossa parceira da causa dos direitos humanos, da criança e do adolescente e a Dra. Carla do CIA – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente. Quando falamos das desigualdades e da questão étnico-racial, enfrentamos hoje no nosso país uma questão muito dramática, sobre a qual não podemos silenciar, que é o genocídio da juventude negra. Esse genocídio começa na exclusão da garantia do direito à infância, na exclusão desses jovens da escola, da escola pública. Hoje em Minas Gerais 15% dos jovens de 15 a 17 estão fora da escola e 40% ainda estão no ensino fundamental. Sabemos que esses jovens são aqueles cuja história muitas vezes os leva ao cumprimento de medidas socioeducativas. São esses jovens que não encontram inserção no mundo do trabalho e são esses jovens também que são as vítimas dos assassinatos, que não têm direito nem à investigação, porque o jovem pobre e negro no nosso país tem um rótulo: se morreu, se foi assassinado, deveria estar envolvido com drogas, então ele nem tem direito à investigação. Isso é muito

grave. Portanto, essa agenda que estamos fazendo aqui é uma agenda pela vida, é disso que temos que ter clareza.

É importante a presença do Afonso, nosso secretário municipal adjunto de educação, pois não se constrói uma política educacional inclusiva em pouco tempo, é importante avançar e existem pessoas que estão sempre presentes nessa caminhada.

Saúdo a Guiomar, nossa ouvidora. A Ouvidoria da Educação do Estado ainda é quase um serviço de pessoal. A maioria dos casos que chegam à Ouvidoria são dúvidas sobre as questões funcionais. Esta é uma agenda que precisamos pautar, precisamos ter uma Ouvidoria que chegue ao cidadão, à sociedade, às famílias, aos estudantes, para que ela de fato faça sentido e seja uma estratégia de melhoria da qualidade da Educação.

Saúdo a Giselia do Sindesp; a Cleide Hilda, nossa secretária de Combate ao Racismo, a equipe da Secretaria de Estado da Educação e a equipe das temáticas especiais. Bem-vindos!

**CERIMONIAL:** Com a palavra, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, professora Nilma Lino Gomes.

**NILMA LINO GOMES:** Bom dia para todos e para todas! É um prazer voltar a Belo Horizonte, estive aqui há pouco tempo trabalhando com a Secretaria de Estado de

Minas Gerais e é um prazer voltar para essa agenda com o Ministério Público de Minas Gerais. Eu fico muito feliz de retornar à minha terra, de estar aqui com pessoas tão queridas da minha trajetória, pessoas que me formaram, pessoas que eu ajudei a formar também. Nem sempre temos oportunidades tão ricas na vida. Hoje, na condição de ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, eu tenho muito a agradecer a Minas Gerais, a Belo Horizonte, à Rede Municipal de Educação de Minas Gerais, onde atuei como professora durante muito tempo; ao Movimento Negro de Belo Horizonte, que é o meu espaço de formação; tenho muito a agradecer à UFMG também, que hoje tem sido meu espaço de trabalho. Eu trago para todos e para todas um grande abraço de toda a equipe da Seppir, e gostaria de dizer que sempre que possível eu quero retornar a Minas Gerais, que me perdoem os outros estados, eu vou cuidar de todos eles, mas aqui é o estado do meu coração. É muito importante e significativo saber que iniciativas como esta podem irradiar para todo o Brasil, dentro da nossa política de ações afirmativas, de uma inclusão qualificada, pois mais do que discurso, precisamos de práticas: educativas, políticas e de superação do racismo também. A superação do racismo é algo que vai ser produtivo para toda a sociedade brasileira, não só para aqueles que são as vítimas do racismo, não só para a população negra, mas para todo o Brasil. Uma sociedade livre de racismo, que encara, en-

frenta e supera o racismo é uma sociedade que se torna de fato mais democrática, e é uma democracia de fato emancipatória, pois nós sabemos que a democracia tem ondas, não é isso? A secretária Macaé e o secretário Afonso acabaram de falar aqui da onda conservadora ou neoconservadora que estamos vivendo no Brasil. Para cada onda neoconservadora, as ondas emancipatórias têm que vir, têm que enfrentar, têm que garantir o direito. A democracia se faz com essas ondas. Se hoje estamos aqui no Ministério Público, se hoje existe uma Seppir no Governo Federal, é porque temos uma longa história de lutas por direitos que nos fez chegar a esses lugares, que não são lugares da Nilma ministra ou da Nilma cidadã, mas é o nosso lugar. Toda vez que eu sento numa cadeira na Seppir e recebo as várias entidades dos movimentos sociais que tenho recebido desde que cheguei no Ministério, eu sempre falo que ali eu não estou sentada sozinha, comigo está sentado um coletivo, comigo está sentada uma história. Aqui nesta mesa temos um coletivo e uma história, aqui neste auditório temos muito mais pessoas do que as pessoas que estão aqui sentadas, nós representamos milhões de pessoas que confiam num Brasil diferente, justo, democrático e livre de racismo. Esta é a nossa responsabilidade pública como cidadãos, como educadores e educadoras, como autoridades que estão à frente de várias iniciativas. E este é um legado ancestral, que nossos ancestrais africanos deixaram para o Brasil, o legado da responsabilidade com o outro e

da liberdade. E o Brasil tem que ser exemplo desse legado. É nisso que eu acredito, é isso que eu tenho tentado fazer e vou tentar fazer nesses quatro anos que os nossos ancestrais me permitirem atuar à frente da Seppir. O que faço hoje tem a ver com essa trajetória que eu construí aqui no Estado de Minas, em Belo Horizonte, no interior, com os movimentos sociais e os grandes aliados nessa luta antirracista, que é de todos nós. De todos.

Quero saudar a secretária Macaé Evaristo, que é uma amiga de longa data, uma batalhadora militante, altamente competente. Eu sempre fico muito emocionada e muito feliz quando olhamos para trás, não é Macaé, e vemos tantas pessoas aqui das nossas histórias de lutas, de militância, nós continuamos nas mesmas fronteiras, nós não desistimos e nem vamos desistir, não é isso? Quero homenagear todas as educadoras e todos os educadores do Estado de Minas Gerais e dizer do meu grande respeito pela educação, pela nossa tarefa como educadoras e educadores. Sintam-se todos homenageados, na figura da Macaé, por mim e pela Seppir. Quero saudar o colega Afonso, secretário municipal adjunto da Educação. Estamos juntos nas lutas desde a Escola Plural. Quero pedir que leve a minha saudação à secretária também, Afonso, por favor.

Quero saudar a Dra. Maria Elmira e agradecer por todo o trabalho que ela tem feito à frente do Ministério Público,

por esse trabalho formativo, educativo e necessário para a garantia da democracia. Muito obrigada pelo convite.

Também quero cumprimentar e quero saudar a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, por todo o trabalho na Promotoria da Criança e do Adolescente e por tudo que tem nos ajudado em Minas Gerais nessa pauta tão importante.

Cumprimento também os militantes e as militantes do movimento negro e dos movimentos sociais de Minas Gerais, na pessoa da Cleide Hilda, que hoje está na Subsecretaria de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos, junto ao deputado Nilmário Miranda. Saúdo todos aqueles que militam pelas causas sociais, pelas causas justas.

Cumprimento também as demais autoridades. Quero também saudar os estudantes que estão assistindo a este curso, os promotores, promotores estudantes, pois quando nós nos sentamos na cadeira viramos estudantes, vamos aprender também e ensinar, não é? Então eu quero saudar todos os promotores e promotoras que estão acompanhando *online* este importante Encontro sobre a Educação no Ministério Público de Minas Gerais, esta parceria com a Secretaria de Estado de Minas Gerais e com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Muito obrigada, um bom dia para nós e um bom trabalho.

**CERIMONIAL:** Encerra os pronunciamentos a coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte, promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema.

**MARIA DE LURDES RODRIGUES SANTA GEMA:** Bom dia a todos! Excelentíssima ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes, é um prazer imenso. É imprescindível a presença de Vossa Excelência nesta oportunidade. A Promotoria da Infância e Juventude, ao longo dos últimos anos, tem buscado trabalhar em conjunto com outras Promotorias, para colocar em exercício o art. 86 do ECA: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.” Então, nós buscamos trabalhar em conjunto com todas as áreas do Ministério Público quando há alguma interferência com a área de infância e juventude. É uma alegria imensa.

Quero também saudar a professora Macaé e o professor Afonso. Quando eles falam que nós os “apertamos”, na verdade nós estamos apertando é o prefeito para ajudá-los! Por quê? Porque nós que acompanhamos o orçamento, tanto do município quanto do estado, sabemos que os

recursos são finitos, mas fazemos a nossa parte e acreditamos que com isso nós estamos ajudando. Quando a professora Macaé chegou na Secretaria Municipal da Educação, nós já tínhamos um trabalho iniciado com a professora Maria do Pilar e, através dela e do governo Pimentel, nós começamos um trabalho a respeito das UMEIs. Veio a professora Macaé, fizemos uma parceria maravilhosa e tivemos grandes avanços nessa área, mas ficamos muito tristes quando ela deixou o governo. Mas existe um provérbio romeno que fala que às vezes é preciso dar um passo atrás para avançar mil. E ela deu um grande salto e hoje ocupa a Secretaria de Estado da Educação. É uma felicidade imensa reencontrá-la e também o professor Afonso.

Quero cumprimentar as colegas Nívia e Carla Lafetá. Quero também cumprimentar a Tânia, que representa a Conspiração Mineira pela Educação, muito obrigada também ao professor Evandro, pelo apoio que a Conspiração Mineira dá a esta proposta. Cumprimento a equipe do CEAF, que muito tem nos ajudado e é um orgulho ter vocês aqui, nós temos verdadeiramente que valorizar. Moacir e Regina, da Promotoria da Infância e Juventude, que também estão nesta proposta de trabalho.

No dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, está em plena juventude. Mas nós sabemos, a exemplo da Lei 10.639, que depende não só do

poder público, mas de toda a sociedade fazer com que todos aqueles direitos previstos no art. 227 e repetidos no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente sejam efetivamente implementados. Então, para esses 25 anos, nós pensamos em fazer um grande debate a respeito do que a sociedade espera do Ministério Público na área da Educação, porque, para nós, a educação é um mundo: engloba a educação do jovem adulto, o ensino fundamental, o ensino médio, a universidade, a questão da inclusão, a questão do deficiente. Então por onde o Ministério Público pode contribuir com a sociedade e até mesmo com o governo para efetivamente tirar do papel esse direito fundamental que é previsto na Constituição Federal? Feita esta proposta, é com imensa satisfação que estamos realizando este evento no qual pretendemos discutir a respeito do papel do Ministério Público na Educação e que vem muito ao encontro daquilo que o Governo Federal estabeleceu como lema para a nação: “Brasil, Pátria Educadora”. Por isso, Nilma e Macaé, gostaríamos que vocês respondessem o que a sociedade pode esperar do Ministério Público, na visão de Vossas Excelências, para que a Educação verdadeiramente seja um direito de todos.

Parabenizo a ministra Nilma e a professora Macaé, por lançarem no Estado de Minas Gerais a *Campanha Afroconsciência: com essa história, a escola tem tudo a ver e por trabalharem para que a Lei 10.639 verdadeiramente*

saia do papel. Ficamos muito felizes pela coragem de realmente enfrentar essa questão. Quando eu era promotora em Nova Lima, uma vez o Ministério Público determinou que respondêssemos um questionário que era muito simples, mas eu não respondi até a data e recebi um telefonema: “Maria de Lurdes, até esta data a resposta do seu questionário não chegou.” E eu falei com a nossa funcionária: “por favor, responde e passa por fax.” Na época não era comum o computador. Ela respondeu o questionário e perguntei “você já passou?” E ela: “não, porque a senhora tem que assinar.” Ainda bem que eu tive que assinar, porque havia a seguinte pergunta: qual a cor do promotor de Justiça? Eram só três opções: cor branca, amarela e negra. Quando eu fui assinar, que eu olhei... “Qual é a minha cor?”, perguntei. Ela: “branca”. Eu falei: “como? Qual a minha cor?” Ela: “branca”. Eu falei: “não, eu sou negra!”. Ela falou: “mas a senhora é promotora.”. Foi então que eu despertei, eu acordei e percebi que, para muita gente, não é a cor da nossa pele que tem o nosso valor, é o cargo que ocupamos. Desde então eu tenho trabalhado nesta área como promotora, como negra, como brasileira, nascida em São Paulo, criada na Bahia, mineira de coração. E tenho procurado contribuir. Quando foi falado pelo governador Pimentel que 85% dos jovens assassinados são negros, há cerca de 15 anos, eu, Celso e dois colegas do Ministério Público Federal ajuizamos uma ação contra a

União, contra o Estado e contra o Município em razão do assassinato de crianças e adolescentes negras de Minas Gerais. Na época, fomos alvo até de críticas, mas até hoje esse processo está no Supremo Tribunal Federal, porque acreditamos que existe responsabilidade de toda a nação. Todos nós brasileiros devemos tentar tirar essa chaga do nosso país, onde quem não é negro, é mulato, é de cor parda. E eu tenho muito orgulho da minha cor e me sinto muito feliz porque esta é uma luta de todos nós. Muito obrigada e teremos com certeza uma belíssima palestra. Agradeço à Procuradoria-Geral de Justiça e à equipe da Assessoria de Comunicação por nos ajudar neste evento. Muito obrigada.

**CERIMONIAL:** Agradecemos aos integrantes da mesa e solicitamos que tomem assento no auditório, à exceção da secretária de Estado de Educação, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, da promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick e da docente de hoje, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes. Com a palavra, a secretária de Estado de Educação, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos.

**MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS:** Eu vou apresentar o vídeo da nossa *Campanha Afroconsciência: com essa história a escola tem tudo a ver*.

**VÍDEO:** Memória social e histórica, patrimônio, arquitetura, cultura. A história afro-brasileira é uma história de todos nós e possivelmente nem todos sabemos disso. Em 2015, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Educação, lança a campanha “Afroconsciência: com essa história a escola tem tudo a ver”. Uma iniciativa que leva para as salas de aula, em todo o Estado, o ensino da cultura africana e sua influência na formação do Brasil. Além de conhecer melhor nossa identidade, o desafio é construir novos caminhos que garantam condições iguais de aprendizagem e desenvolvimento para todos. Educar para transformar: é assim que Minas abre novos caminhos para inclusão social e a cidadania. Minas Gerais, governo de todos.

[fim da exibição de vídeo] [aplausos].

**MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS:** Bom, eu vou falar sobre a Campanha Afroconsciência, a Lei 10.639/2003 e o desafio que vivemos para a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Quando a lei foi homologada, em 2003, o primeiro desafio era a insuficiência da produção acadêmica e de materiais didáticos disponíveis para utilização dos profissionais da educação, bem como a insuficiência na nossa formação profissional. Em 2003, havia nas universidades brasileiras somente cinco centros de estudos africanos, cuja produção não estava muito voltada para a questão

educacional, mas para questões econômicas. A produção acadêmica mantinha pouco diálogo com o processo de formação de crianças e adolescentes, que é o público da nossa educação básica.

A partir de 2003, acredito que principalmente o povo negro se apropriou muito fortemente da lei, e isso está fazendo com que de fato sua implementação possa avançar. Em âmbito federal, houve várias iniciativas, que passaram por financiamento e construção de núcleos de estudos afro-brasileiros nas universidades federais brasileiras e em boa parte dos institutos federais. (Temos aqui o professor Roberto Borges, que coordenava o núcleo de estudos afro-brasileiros do CEFET-RJ.) Esses núcleos são responsáveis hoje por uma grande produção acadêmica que precisamos garantir que esteja acessível aos profissionais e aos professores da educação básica. Temos uma tarefa importante: fazer com que a lei possa incidir nos processos de formação inicial dos professores.

Por ação do Ministério da Educação, conseguimos implementar cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu* em História e Cultura Afro-brasileira e Educação para as relações étnico-raciais. Como corolário da lei, a introdução nos currículos escolares, pelo Conselho Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, da questão das relações étnico-ra-

ciais e de gênero, de história e cultura africana e afro-brasileira e das diretrizes da educação escolar quilombola, relatadas pela nossa ministra, conselheira do Conselho Nacional de Educação. No entanto, nos cursos de formação inicial, ainda não há disciplinas específicas que tratem de história da África, de história dos afro-brasileiros, dos africanos na diáspora. Mesmo nos cursos de Letras, em que se poderia imaginar, por causa da grande produção de literatura africana, ainda não há, em boa parte dos cursos que formam professores na área de Letras, disciplinas específicas que tratem, por exemplo, de literatura africana. Então, temos que debater esse desafio de produzir mudanças na formação inicial de uma maneira mais geral, no âmbito da União, com o Ministério da Educação, com o Conselho Nacional de Educação, que acompanha os novos cursos de formação de professores que são abertos no nosso país. Soma-se a isso o desafio, para quem está fazendo a gestão do sistema, de como incidir sobre a formação continuada dos profissionais da educação. É fato que hoje existe muito mais material do que havia em 2003. O Ministério da Educação, junto com a UNESCO, traduziu para o Português os oito volumes da coleção História Geral da África e posteriormente fez o livro-síntese, em dois volumes, aos quais mais de duas mil escolas em Minas Gerais já têm acesso.

Qual é o desafio da campanha? Primeiro, é preciso fazer uma arqueologia nas nossas escolas, porque nós temos

materiais hoje, diferentemente de 2003. Se a gente pensar no exemplo de Belo Horizonte, desde 2004 faz-se aqui o kit de literatura afro-brasileira, provavelmente as escolas municipais de Belo Horizonte devem ter cerca de 500 títulos que tratam dessa temática. O Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Biblioteca na Escola, PNBE temático, também adquiriu acervos para as escolas do Brasil inteiro. Os livros didáticos também já são avaliados considerando-se o tratamento que é dado à população negra. Então hoje há um acervo nas nossas escolas que já dialoga com a Lei 10.639. Mas há uma questão que antecede a inclusão de História da África no currículo escolar, que é o debate das relações sociais, das relações raciais. Que é o debate do racismo. A própria inclusão de História da África no currículo escolar traz a público e desvela que nós estamos estruturados numa lógica hierárquica que separa negros e brancos.

Ao chegar à Secretaria de Estado da Educação e ter um diagnóstico das escolas da Rede Estadual, foi muito importante começar trazendo visibilidade e chamando a atenção das pessoas para este assunto. Chamamos a Seppir, que foi nossa grande parceira na construção da campanha, discutimos muito sobre o tema, sobre qual rosto colocar nessa campanha, o porquê de uma menina negra com o cabelo *black*, o porquê de um menino jovem. Porque aquele jovem que está na nossa campanha repre-

senta o jovem que está sendo assassinado na rua. Quem tem filhos, eu tenho sobrinhos nessa faixa etária, a gente teme pela vida dos nossos filhos e dos nossos sobrinhos. É preciso desvelar isso, desvelar o racismo. Fiz questão de apresentar aqui a nossa equipe da Secretaria de Estado da Educação porque eu não posso dizer que não é inusitado ter uma secretária negra na Secretaria de Estado de Educação e que eu não preciso usar isso como um mote para colocar essa questão, porque as pessoas estranham ter uma secretária de Estado negra, estranham ter uma ministra negra, a gente ainda causa estranhamento; dependendo do lugar onde a gente chega, as pessoas nem acreditam. Eu chego nos lugares para eventos e entro, normalmente, como eu entrei hoje, lá pelo subsolo e o motorista anuncia: “a secretária de Estado”. O cara que está na porta olha assim... “será que é mesmo?” Enfim, no início a gente sofre muito, depois a gente relaxa, não é? Mas a gente sabe que no dia a dia não é fácil assumir a nossa identidade, não se abater e dar conta de falar sobre as situações de racismo e de opressão, não é uma tarefa fácil. O tema da campanha é “com essa história”, porque é com a minha história, é com a história de 52% da população brasileira. “Com essa história a escola tem tudo a ver.” E escola aí poderia ser substituída pelo Ministério Público. Afroconsciência: com essa história o Ministério Público tem tudo a ver. A Maria de Lurdes perguntou o que esperamos do Ministério Público. Eu espero que o Ministério

Público faça o que eu acho que vem fazendo, sempre estar aliado aos setores mais frágeis na correlação de força com o Estado e a sociedade brasileira. Desde a luta para a criação do Ministério Público entendeu-se que era preciso ter, na estrutura do Estado, instituições que sistematicamente estivessem atentas àqueles setores, àqueles grupos, que não são minoria, são maioria, mas são construídos como minoria porque foram excluídos da política pública, do direito à educação, à terra, à moradia, do direito de não ter sua casa violada, porque a forma como invadem uma residência dentro de uma vila é diferente de como entram na casa de qualquer pessoa lá no Mangabeiras (todo mundo vai compreender bem o que eu estou falando...)

Em uma das escolas em que trabalhei na Rede Municipal, fizemos um projeto uma vez sobre água, pois no Aglomerado da Serra não chegava água e a partir da escola fizemos uma grande luta com a Copasa para levar água tratada para a comunidade. Mas os meus alunos da Vila Fátima acreditavam que água não subia o morro. Era a explicação que crianças de oito, nove anos tinham do porquê de não chegar água na casa deles. No projeto, nós os levamos para conhecer o bairro Mangabeiras, ver como os jardins eram molhados e como tinha água lá no alto daquele morro, para entenderem que a água sobe morro, mas que, às vezes, quem faz a política para a água segrega qual morro ela pode ou não subir.

Então, esperamos que a afroconsciência esteja no Ministério Público, pois quando falamos de desigualdade neste país, falamos hegemonicamente da população negra das periferias urbanas, da população negra que está nas comunidades tradicionais, nas comunidades quilombolas, da população negra que às vezes não têm a sua crença e religião respeitadas, não é? Afroconsciência: é isso que esperamos do Ministério Público e de todos os educadores mineiros. O Governo do Estado tem uma grande tarefa por fazer, estamos atrasados, precisamos ter projetos, garantir materialidade. O acervo das escolas estaduais não é o mesmo das nossas escolas municipais. Somente em Belo Horizonte temos mais de 200 escolas estaduais e a situação é desigual, vocês devem perceber. Então todo o nosso compromisso com nossa afroconsciência é para dizer que vamos fazer uma política educacional principalmente com foco nos estudantes, nas crianças e adolescentes daqueles territórios do Estado que foram menos contemplados pela política pública. Agradeço muito por estar aqui hoje e é uma alegria. Queria saudar duas pessoas: a Nazaré, que é mãe e militante no Família-Escola, trabalhadora da Rede Municipal, nossa grande parceira. E o Nivaldo, que foi do sindicato e diretor de escola. Obrigada, Nivaldo. Eu acho que é na divergência e no diálogo que conseguimos construir um horizonte de esperança para a nossa criança e para a nossa juventude.

#### **MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:**

Nós agradecemos a participação e a fala calorosa da nossa secretária de Estado da Educação, professora Macaê. Também gostaríamos de agradecer a presença da professora Mara da Gerência da Secretaria Municipal de Educação. Obrigada por ter aceitado nosso convite.

Nossa segunda palestrante, Nilma Lino Gomes, é ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, pedagoga, mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Nilma é docente do quadro da UFMG e pesquisadora das áreas de educação e diversidade étnico-racial, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro. A nova titular da Seppir foi a primeira mulher negra a chefiar uma Universidade Federal ao assumir o cargo de reitora 'pro tempore' da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB. Além disso, Nilma Lino Gomes integra o corpo docente da Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FAE-UFMG, e do Mestrado Interdisciplinar em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da UNILAB. Foi coordenadora geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ações Afirmativas na UFMG de 2002 a 2003. É membro

da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, ANPED, Associação Brasileira de Antropologia, ABA, e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, ABPN, da qual foi presidente entre os anos 2004 e 2006. A ministra da Seppir também integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação na gestão 2010- 2014, onde participou da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros. Hoje a ministra Nilma é nossa convidada para falar aqui no Ministério Público de Minas Gerais sobre o tema Afroconsciência e a Lei 10.639/2003. É com muita alegria que eu passo a palavra à ministra Nilma.

**NILMA LINO GOMES:** Muito obrigada! Vamos começar a reflexão dessa manhã. Na realidade eu quero compartilhar algumas ideias que vêm me perseguindo, ou eu as persigo, há muito tempo, como professora e agora também nessa nova função desafiadora que é ocupar o lugar de ministra-chefe de Estado. Antes eu gostaria de destacar alguns aspectos já falados que são muito importantes. Primeiro, destacar a iniciativa pioneira que o Governo do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Educação realizam em conjunto na primeira gestão do governador Pimentel, que é a assinatura de um acordo de cooperação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, com ênfase na educação

das relações étnico-raciais e da implementação da Lei 10.639/2003. É um acordo de cooperação inédito, um piloto que a Seppir começa com o Estado e com foco na educação. Por isso estive aqui, para fazermos o lançamento, em conjunto, desta bela campanha que nos emociona. Eu gosto sempre de lembrar um pouco a história. Há 20 anos, será que nós pensávamos que o Ministério Público estaria à frente dessa discussão, que teríamos o Governo do Estado e a Secretaria de Estado com uma campanha em prol da superação do racismo? Em que nós víssemos um vídeo com crianças, jovens, víssemos campanhas nos ônibus, no aeroporto de COFINS (ontem quando cheguei, eu vi a campanha emocionada.). Há 20 anos, em nossas batalhas do movimento negro, em nossas lutas de enfrentamento e tentativa da superação do racismo, nós almejávamos isso e almejamos muito mais, não é isso? Superação do racismo é isso e muito mais, mas naquele momento em algumas situações parecia que a gente talvez não conseguisse chegar a tal ponto e nós conseguimos chegar. Então é neste avanço democrático que nós temos que apostar. Como a Macaé falou, essa campanha faz parte de uma agenda pela vida, é isso mesmo, é pela vida. Quando lutamos para superar o racismo, estamos lutando pela vida dos outros e pela nossa vida. Pela vida dos que virão, pela vida do que estão e em homenagem a muitos que perderam a sua vida lutando para construir uma sociedade melhor. Gestores, gestoras que hoje chegaram a determina-

dos lugares públicos por uma trajetória que construímos, que não é solitária, é uma trajetória coletiva, em que nós não perdemos de vista as nossas origens, de onde nós viemos, isso é muito importante que não se perca. De ontem para hoje eu dormi lá no Conjunto Califórnia II, na casa da minha mãe, quem me conhece sabe que eu sou uma filha extremamente apaixonada pela Dona Glória, minha mãe. O Conjunto Califórnia II é um conjunto periférico pertinho do Ceasa e minha falou: “mas vem te buscar num carro do estado aqui no conjunto?” Quando o Roberto chegou para me buscar, ela ficou na janelinha falando: “tem um militar que vai te levar junto com o assessor? Eu vou descer.” Se arrumou, minha irmã pôs um brinquinho e desceram as duas comigo e quiseram cumprimentar o tenente que está nos acompanhando, gentilmente cedido pelo governo do Estado e com o assessor, e imagina o que é isso para as para a nossa família! Não nos esquecer de onde viemos é muito importante, é isso que nos faz gente, é isso que nos faz estar num lugar público e saber da responsabilidade de estar nesse lugar. Então quando Macaé e eu assinamos esse acordo de cooperação não eram duas amigas, claro que somos amigas, mas eram duas gestoras públicas com uma afroconsciência de que onde estamos nós temos que fazer alguma diferença, nós temos que fazer algo para ajudar a nossa sociedade a mudar, a nossa educação a mudar, o nosso país a mudar. Este é o primeiro aspecto que acho importante destacar, a parceria do Governo com a Seppir,

e espero que o acordo de cooperação com a educação irradie também para outros estados.

Outro acordo de cooperação, também piloto, é entre Seppir e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e nós esperamos que também irradie para os outros estados. Esse acordo tem o objetivo de implementar ações que impliquem o Ministério Público do Estado de Minas Gerais no estímulo à criação de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial em municípios com mais de cem mil habitantes, conforme dados do IBGE, e no fortalecimento da política de promoção da igualdade racial no Estado de Minas Gerais. Qual é a ideia? A ideia é que a Seppir não seja centralizada apenas dentro do Governo Federal e no Executivo, mas que o Brasil possa ter muitos outros órgãos como a Seppir, órgãos de promoção da igualdade racial que cumpram esse papel nos estados e municípios, movimentando agentes públicos, educadores e sociedade civil de um modo geral. Esse acordo faz parte do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir, por meio de um decreto da presidenta Dilma assinado em 2013 durante a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O que nós temos que fazer agora é superar uma ideia de que o Sinapir é da Seppir. Não. O Sinapir é do Governo Federal. Todos os ministérios estão envolvidos, e a Seppir é a coordenadora, e dentro do Sinapir a relação é de sistema, então é do Governo

Federal e todos os entes federados, é uma relação entre os diferentes entes federados para construir a política de promoção da igualdade racial. Então nesse momento nós estamos numa campanha para a adesão dos estados e dos municípios do Brasil ao nosso sistema nacional de promoção da igualdade racial. E assim que a Secretaria de Direitos Humanos estiver toda organizada, nós vamos assinar aqui com Minas Gerais, já conversamos com o deputado Nilmário, esse processo já estava em andamento desde a gestão anterior da Seppir, e quiseram os ancestrais que seja na minha gestão que a gente faça a assinatura. É a continuidade de um trabalho, eu voltarei à Minas Gerais para assinar esse acordo de cooperação dentro do nosso Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Nas chamadas públicas que a Seppir fizer a partir de então, os municípios que fizerem adesão ao Sinapir, ao apresentarem projetos para essas chamadas públicas, terão pontuação adicional na classificação desses municípios para aqueles que já tiverem feito adesão. Então nós temos desde os municípios que já tem plenamente esses órgãos de promoção da igualdade racial instalados, aqueles que têm de uma forma mediana até aqueles que têm uma forma inicial. Essas três categorias são contempladas no sistema e a nossa ideia como Seppir é estimular os estados e municípios a implantarem esses órgãos, inclusive com autonomia administrativa para gerir recursos e ser um órgão que de fato tenha poder para realizar políticas de promoção

da igualdade racial. Portanto, quero enfatizar que nesse momento eu venho para dar continuidade a esse acordo de cooperação já firmado com o Ministério Público. E nós já temos alguns produtos desse acordo. Em junho de 2014, tivemos a formulação do plano de trabalho desse acordo e em agosto tivemos um diagnóstico da população negra nos municípios mineiros selecionados segundo as bases censitárias: população, educação, trabalho e renda. Foi realizado um seminário temático – Desigualdades Raciais no Brasil e Políticas de Promoção da Igualdade Racial: avanços e desafios – e uma oficina de trabalho cujo tema era População Negra e Homicídios. Então para que as pessoas também saibam que o nosso acordo de cooperação já está avançando, a articulação com o Estado faz parte desse acordo e nós esperamos firmar outras iniciativas também dentro desse acordo. Respondendo à Dra. Maria de Lurdes, a nossa expectativa é a continuidade, a consolidação desse acordo e que o Ministério Público de Minas Gerais nos ajude a levar essa ideia para os outros Ministérios Públicos também. Que a Seppir possa realizar outras adesões. Eu faço questão de ir a todos os municípios que quiserem fazer esse acordo conosco.

O lema da nossa presidenta Dilma é Pátria Educadora. Aqui há tantos educadores e educadoras, desde os que atuam profissionalmente como professores e professoras, até aqueles que atuam como educadores e educadoras nas

diferentes instâncias que investem em formação humana e transformação da nossa sociedade. E dentro desse lema Pátria Educadora, começamos o nosso planejamento estratégico da Seppir, as discussões para o PPA do Governo Federal, construímos o nosso lema dessa gestão, que se articula com a ideia de pátria educadora, de promover a igualdade racial para superar o racismo. Então eu considero que essas vindas são embriões do que será a nossa caravana, quando eu voltar aqui para assinar o acordo do Sinapir com o Governo do Estado. Então, eu considero que nós já estamos caminhando e construindo essa caravana da ministra Nilma pelo Brasil, com o lema “Pátria Educadora: promover a igualdade racial para superar o racismo”.

E por que superar o racismo? Porque nós temos que ir além do enfrentamento e do combate. Denúncia, enfrentamento e combate são palavras que nunca sairão do vocabulário nem da ação política daqueles que lutam pela promoção de igualdade racial, pela superação das desigualdades, por uma educação antirracista. Porém, eu penso que nós já estamos num momento de dar passos adiante. Nós estamos no momento de colocar como alvo não mais apenas o enfrentamento e o combate, mas a superação. Nossas estratégias políticas e educativas, penso eu, deveriam começar a focar nisto: o que temos feito para enfrentar o racismo e a partir de agora o que temos que fazer para superar o racismo? Significa dar passos mais largos, ousados e firmes para construir o país que queremos.

Eu queria também destacar que a Seppir está organizando o Disque Igualdade Racial, que vai ser também um espaço não só de denúncia, mas de encaminhamento, para a questão da superação do racismo. Participamos também da reorganização do Plano Juventude Viva, juntamente com a Secretaria Geral da Presidência da República, para tratar da questão da mortalidade dos nossos jovens. Isso significa que todos devemos dizer não à redução da maioria penal, pois sabemos o que isso significaria para as crianças e os adolescentes. Esta é a postura da Presidência e também da Seppir.

A Lei 10.639 tem instrumentos legais, normativos, como a Resolução do Conselho 01/2004, como o Parecer do Conselho Nacional de Educação 03/2004 e outro instrumento que precisamos acionar mais, que é o Plano Nacional de implementação da lei, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica. O Plano atribui responsabilidade aos diferentes entes federados, às diferentes instâncias, mas o Plano muitas vezes é esquecido. Temos a lei 10.639 que altera a LDB, ou seja, o art. 26-A; e o art. 79-B, que é a introdução do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. Há uma leitura jurídica que ambas estão em vigor porque o art. 79-B continua na LDB, então não revogou uma lei, há uma qualificação maior da lei no

art. 26-A com a 11.645 e temos ainda a 10.639 em vigor porque o art. 79-B está na LDB. É muito importante que esclareçamos isso porque quando as pessoas querem nos desviar do foco falam assim: “mas a Lei 10.639 caiu, agora é a 11.645 que vale porque introduziu a questão indígena”. Não, nós falamos de uma lei que é viva e simbolicamente significa muito para nós, reconhecendo a alteração na Lei 9.394/1996, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é a Lei para todo o território nacional e para as escolas públicas e privadas.

Um grande desafio são as escolas privadas implementarem a Lei 10.639. Nós precisamos de iniciativas como esta também nas escolas privadas, não é só pelo fato de não termos muitas crianças negras nas escolas privadas, sobretudo nas de grande porte. Há pequenas escolas privadas nos bairros periféricos, nos bairros mais pobres que tem crianças negras, crianças brancas e há as grandes escolas da elite, escolas em que lamentavelmente pelo recorte raça-classe há poucos professores, professoras e estudantes negros. Não vou nem entrar na discussão do público e do privado, mas, se as escolas privadas existem, elas têm também uma responsabilidade, porque essa discussão é para todos, não só para as pessoas negras, para os estudantes e professores negros. Essa discussão é uma discussão do Brasil e se é do Brasil, todos nós temos que discuti-la. Todos nós temos que superar a nossa ignorância sobre as relações étnico-ra-

ciais, sobre a África, a nossa ancestralidade africana, sobre como é o Continente Africano hoje, com seus conflitos, suas tensões e seus avanços. Temos que superar a ideia da África mítica, superar a estereotipação desse continente, como se todas as lamúrias e problemas da vida estivessem concentrados no continente africano, desconhecendo toda a história colonial da qual esse continente foi vítima, assim como outros lugares do mundo.

Há que se homenagear a relatora, que foi a professora Petronilha. Eu sempre falo com ela: “Petronilha, acho que você não tem a dimensão do ato de elaborar aquele parecer naquele contexto de Conselho Nacional de Educação!” Hoje nós temos um Conselho Nacional de Educação com outra configuração, mas naquele momento o debate político era mais difícil e ela foi a mediadora que levou essa discussão para dentro do Conselho. Hoje, a professora Petronilha é Notório Saber do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, bem como o professor Kabengele Munanga e a professora Maria de Lourdes Siqueira, que são três referências para a discussão da questão racial e africana no Brasil e em outros do mundo.

Não podemos falar da Lei 10.639 sem pensarmos no grande protagonista desta história, que é o movimento negro brasileiro. Um protagonista na luta, nos questionamentos ao Estado e à sociedade brasileira, na denúncia em relação

ao racismo e na cobrança de que ações de superação do racismo fossem construídas não só pela organização da sociedade civil, mas também pelo próprio Estado. Se hoje existe uma Seppir, se fazemos toda essa discussão, é devido ao protagonismo de um ator político, que é o movimento negro brasileiro com toda sua complexidade, seus grupos e entidades, suas formas de ser como movimento social. Para tratar da ideia de afroconsciência, devemos ter em nossa consciência esse protagonismo. Por que o movimento negro, quando surgiu de forma mais articulada e organizada no cenário nacional, foi diferente em relação a outros movimentos sociais que também lutavam, e ainda lutam, pela construção da democracia, principalmente considerando-se os anos de ditadura política que o nosso país viveu? Quais são as características e a especificidade desse movimento negro? Um amigo militante aqui de Belo Horizonte, Marcos Cardoso, em seu livro “O Movimento Negro”, apresenta uma ideia interessante, de que o movimento negro, quando se organizou no conjunto dos novos movimentos sociais, configurou-se como um novo sujeito político dentro desses movimentos, chamando a atenção para a questão da identidade. Há uma inflexão quando a organização do movimento negro brasileiro eclode na cena pública e traz para a pauta não somente a questão da desigualdade socioeconômica, mas também o caráter identitário, a importância da afirmação da identidade. Então, o movimento negro traz a identidade negra, traz a

afirmação da negritude junto com a denúncia do racismo. O diferencial desse movimento foi colocar na cena política essa discussão da identidade negra, tirá-la dos meios restritos da militância e trazê-la para o Estado, a sociedade, a universidade, o campo acadêmico, as pesquisas. Indaga-se a universidade sobre a ausência de pesquisadores e pesquisadoras negras, de estudos sobre a população negra no Brasil, de pesquisas sobre a África e o continente africano. Indaga-se a mídia brasileira sobre a não presença das pessoas negras ou a presença subalterna das pessoas negras nos meios midiáticos, etc. Esta foi a especificidade desse movimento.

Outro diferencial é a releitura da história. A releitura da chamada “história oficial” foi feita por militantes do movimento negro brasileiro. Essa releitura da história é a chave para compreender a realidade do povo brasileiro. Ao compreendermos a realidade do movimento negro brasileiro, compreendemos a realidade do próprio Brasil. Somos quase 53% da população, mais da metade da população é negra: de pretos e pardos. Como não dizer que compreendendo as histórias, a vida e as trajetórias dessa porcentagem, nós não compreenderemos o próprio Brasil? Por que estudar história da África e relações sociais e cultura afro-brasileira? A própria constituição e configuração étnico-racial do Brasil já responde, porque esse é o diferencial do nosso país. Nesse sentido, o movimento negro

contribui para outra interpretação da nossa história, outro contar da nossa história e por isso a história da África, as relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira tornam-se a chave reivindicativa do movimento para a educação.

A reconfiguração da luta antirracista possui características que têm tudo a ver com a afroconsciência e a 10.639. A educação sempre foi um campo de atuação do movimento negro e se afirmou cada vez mais como um direito. Reconhecemos a importância formadora que a educação tem, principalmente a educação escolar. Não é uma interpretação de que é pela educação que se resolve tudo no país e na vida, mas numa sociedade ocidental basicamente letrada como a nossa, sabemos a importância que tem a instituição escola. Assim, um dos focos dessa luta antirracista que o movimento negro constrói no Brasil é a denúncia do racismo na escola. Esse racismo acontece de várias formas, desde os estereótipos, os tratos, os xingamentos, a organização das salas e das turmas, em que as crianças negras ficavam sentadas mais atrás e as crianças não negras na frente, até uma questão extremamente delicada, que é o silêncio. Essa interpretação do racismo foi trazida pelo professor Luís Alberto Luís Alberto Gonçalves, militante do movimento negro, na sua dissertação de mestrado. Esta foi, em minha opinião, uma das reflexões mais refinadas de compreensão do racismo na escola. Em sua dissertação, o professor Luís Alberto estuda que o silên-

cio é um ritual a favor da discriminação racial na escola. Como se discrimina? Pelo silêncio. Não se fala, não se vê, não se age, não se faz nada. Então, ao falarmos da Lei 10.639, da história da África, ao fazermos uma campanha, estamos rompendo com esse silêncio na escola e na sociedade brasileira, com essa invisibilidade em que negros e negras vivemos, e que causa situações como estas: se alguém fala que a secretária de Estado da Educação está no carro, a pessoa ainda procura onde está a secretária; na hora em que chega a ministra-chefe de Estado, as pessoas procuram quem é a ministra-chefe de Estado; os ministros entram todos e a ministra tem que estar com o botão oficial, caso contrário o segurança barra a ministra, a única ministra negra de todo o Planalto. E quando as pessoas são checadas nessa postura racista ficam mudas, não é isso? Quando se fala, mas por quê? Primeiro vem uma mudez e depois vêm as justificativas mais terríveis (ah, mas é tão nova!) que vão ficando cada vez piores. Ao fazer essa leitura refinada, Luís Alberto alerta que a escola tem que falar de uma outra forma, seguindo a reinterpretação da história, dos materiais e do currículo, à luz da presença negra e da ascendência africana.

Outra característica da luta antirracista é a questão da reprodução dos estereótipos raciais nos manuais didáticos. Ana Célia da Silva em sua pesquisa analisa como as personagens negras são representadas e mostra os luga-

res de subalternidade do negro e da negra nos manuais didáticos que circulam pelas mãos de milhares de crianças do nosso país. Se pensarmos na discussão de gênero, veremos também como nós mulheres éramos e ainda somos (porque ainda temos muito que avançar), representadas nesses manuais didáticos. Isso traz (não é, Macaé, no Ministério da Educação, lembra?) uma tremenda tensão quando vamos pensar o Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional Biblioteca na Escola. Quais livros, quais autores? Não vou nem falar da minha história com um determinado autor que vocês já sabem que eu tenho uma questão cármica...

Outra questão é a denúncia e a superação de que a história de negros e negras e de africanos e africanas se reduzia a datas comemorativas, o rompimento com o 13 de maio. (Lembra, Cleide, Pimenta, das nossas lutas?) Quando nós denunciávamos uma leitura estereotipada do 13 de maio e a questão da pena de ouro da princesa Isabel, com todo o respeito à princesa Isabel, mas a interpretação que se fazia do ato da redentora, não é isso? E a não presença nos livros das lutas negras, dos quilombos, das lutas por libertação, das mulheres negras dentro das casas dos senhores e das senhoras? Vários livros hoje, como da Maria Lúcia de Barros Mott, vão mostrando a história, a submissão e resistência e como as mulheres negras e africanas escravizadas eram um elo entre a casa grande e a senzala para pensar

as estratégias de fuga. As sementes colocadas nos cabelos crespos nas fugas, para que depois os quilombos pudessem plantar, adubar, produzir comida e comer... Essas estratégias maravilhosas que essas mulheres, esses homens, nossos ancestrais, nossos antepassados construíram vão muito além daquela leitura do 13 de maio que se fazia. Então, outra característica da luta antirracista foi trazer o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, dia da morte do líder Zumbi dos Palmares, referência de luta por libertação. Já que temos um panteão de heróis, por que nesse panteão não pode haver um herói negro? Por que não pode haver um herói que lutou pela libertação e é símbolo de luta e de resistência para todos nós, não só para negros e negras, mas para o Brasil como um todo?

Na medida em que a denúncia acontecia, o que esses militantes e essas militantes foram construindo? Materiais alternativos, produções alternativas, práticas educativas alternativas que começaram paralelamente à educação formal. Muitas dessas práticas que introduzimos no currículo e realizamos na escola eram práticas formuladas e forjadas nas lutas dos ativistas e das ativistas negras, dos quilombolas e das quilombolas. Essas lutas hoje atingem algo muito importante, que é mexer na estrutura normativa do país: a Lei 9.394/96, a LDB, alterada pela 10.639/2003. É muita coisa. Não é uma pequena alteração. Por isso, quando as pessoas falam, “olha, essa lei não pegou...” Vamos

refletir, gente, vamos refletir melhor, porque esse discurso de que a lei não pegou é contra nós mesmos, é contra toda essa história. Uma coisa é reconhecermos que a demanda é muito maior, pela pujança da demanda histórica e pelo grande abismo histórico, ainda temos que fazer muito mais, mas não dá para nós falarmos contra a nossa própria luta de que nada foi feito. Imagina esse plenário aqui há tempos atrás... Nós não teríamos esse plenário, não é? Isso é mudança, é um sinal, mas não vamos descansar, sentar e falar está tudo muito bem, porque ainda não está. Na luta emancipatória, contabilizam-se avanços, mas sempre percebendo os limites e tentando ir além dos limites. Por isso, o alvo que eu trago para a Seppir hoje é de superação do racismo, e eu vou persegui-lo.

Gostaria de chamar a atenção para outra característica da luta antirracista do movimento negro, que traz para a sociedade brasileira, através dos seus ativistas e das suas ativistas, a questão de gênero articulada com a questão de raça. Traz a voz das mulheres negras e traz a discussão sobre a tensão que há dentro do nosso próprio campo, onde lutamos contra o racismo, mas, ao mesmo tempo, temos posturas machistas e sexistas. O interessante é que o movimento olha para fora e olha para dentro, por isso ele é tão complexo. A presença e a luta das mulheres negras causam impacto dentro do próprio movimento negro e dentro do movimento feminista. Já que somos pela emancipação da

mulher, contrários à subordinação da mulher, qual a relação entre mulheres negras e brancas? Qual é a relação com aquela empregada geralmente negra, que é um padrão? O padrão racial é introjetado na estrutura. O que é o quarto de empregada? É a reprodução da casa grande, não é isso? Em outros lugares do mundo não há essa configuração arquitetônica espacial dentro das casas. Por que no Brasil nós insistimos com o tal quarto da empregada, que é um cubículo desse tamanho sem ar, às vezes sem janela, onde cabe apenas uma cama? O que é isso quando pensamos na lógica colonial escravista na história da nossa sociedade? Quem ocupa esse quarto de empregada? Quem geralmente está lá? Enquanto as mulheres brancas saíam para fazer a luta feminista, seus filhos e filhas eram cuidados por mulheres negras, nossas mães, tias ou muitas de nós. Então, quando o movimento de mulheres negras traz essa discussão, rompe com o silêncio. Olha, só! Mais uma vez rompe com o silêncio e obriga a sociedade a se mobilizar. Hoje há uma articulação das trabalhadoras domésticas, a discussão da PEC das domésticas, a luta para que os direitos dessas mulheres, cuja maioria é negra, cheguem ao Congresso Nacional e ao Executivo.

Outro avanço da luta antirracista é a questão das cotas raciais. Quem trouxe para o debate público na sociedade brasileira a discussão de ações afirmativas? O movimento negro trouxe a discussão das cotas raciais. A discussão so-

bre as cotas para os deficientes e as cotas para as mulheres na política já existiam, mas a discussão que causou mais impacto na sociedade e no Estado brasileiro e mobilizou as famílias, “eu sou contra, eu sou a favor”, foi a discussão das cotas raciais. Sabemos que a Universidade é lugar de produção do conhecimento, do saber e do poder. Saber e poder. E mercado de trabalho, mundo privado, que é ainda o nosso campo de atuação de grande desafio na implementação das cotas. Hoje, nós temos pelo menos a lei de cotas nos concursos públicos. Há pouco o Supremo Tribunal Federal assinou uma resolução para instituir cotas nos seus próximos concursos, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, estive lá com o ministro Lewandowisck. O Superior Tribunal de Justiça também vai implementar as cotas no próximo concurso, atendendo à lei federal. Começamos a entrar para o mercado de trabalho pela via pública, mas precisamos enfrentar o mercado de trabalho na via privada, onde está a questão mercadológica, o capital com uma relação social, já dizia o velho Marx, uma relação de exploração, de *mais valia*. Esse momento propositivo do movimento negro, a discussão das cotas raciais, cria inclusive um impasse na sociedade: “a sociedade vai se dividir em brancos e negros”, como se já não fosse dividida do ponto de vista da segregação existente, a qual nós queremos superar. “A universidade terá estudantes desqualificados, o nível das universidades vai baixar.” Não é este o discurso que nós ouvimos? De outro

lado, eminentes autoridades acadêmicas, intelectuais que trabalham nas universidades, ativistas negros e os aliados da luta antirracista não negros, etc., todos numa frente dizendo que isso era mais do que uma mudança necessária, era um compromisso do Brasil, porque quando o Brasil participou da conferência de Durban, em 2001, o Governo brasileiro assinou o plano de ação no qual se comprometia a implementar ações afirmativas na educação e nas mais diversas áreas para superar o racismo. Em 2000, a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, sobre as desigualdades no Brasil desagregou os dados de raça-cor e mostrou a grande desigualdade que incide sobre a população negra. Então quando o Estado brasileiro se move para implementar ações afirmativas, principalmente na modalidade cotas, que é apenas uma das modalidades, é o reconhecimento de um compromisso internacional que ele tinha assumido com as outras nações que participaram da Conferência de Durban. Eu sempre gosto de relembrar isso porque muitas vezes as pessoas se esquecem desse contexto político. O Estado brasileiro se comprometeu, então nada mais fez do que cumprir. A ação afirmativa é o cumprimento de uma responsabilidade que nosso Estado assumiu. E este momento aqui é fruto de todo esse processo.

Educação e afroconsciência. O que é? Quero destacar alguns pontos do que eu penso que seja a relação entre

educação, afroconsciência e a Lei 10.639/2003. A afroconsciência não se destina somente à quebra de um pensamento colonial, eurocentrado, colonizador, baseado em padrões de trabalho, de conhecimento e de raça que são excludentes. Educação e afroconsciência é uma educação que se volta para a integralidade da nossa diversidade, ou seja, não deixa escapar ninguém, não exclui ninguém. É para todos, pensa em todos, inclui a todos. Todas as lutas por superação do racismo que o movimento negro tem desencadeado no Brasil nunca foram lutas só para os negros, sempre foram lutas para a sociedade brasileira e muitos outros segmentos foram aderindo e fortalecendo suas próprias demandas de luta. Educação e afroconsciência é uma educação que se volta para a integralidade da nossa diversidade. É também uma educação que não elimina nossas raízes europeias nem nossas raízes indígenas, as reconhece, mas dá centralidade e afirma a nossa africanidade. Afirma a nossa existência, a nossa visibilidade como povo negro, como raça, no sentido ressignificado da raça, não no sentido genético, mas raça no sentido político, no sentido cultural, na ressignificação que as pessoas negras deram a essa categoria. Educação e afroconsciência é também considerar o caráter emancipatório da nossa educação. A educação, como eu falei, não é a única que vai resolver os problemas do Brasil, mas ela muda vidas, interfere em trajetórias. Vamos pensar na juventude negra, a educação interfere em vidas, muda vidas e trajetórias.

Portanto, educação e afroconsciência é considerar o caráter emancipatório que vai além do caráter institucional, do aprender a ler e escrever, é muito mais do que isso. A educação e afroconsciência dão sentido de pertencimento e de cidadania para todos. Educação e afroconsciência também é aquela em que não se esquece de onde viemos, não se esquece das nossas origens, ressignifica o que somos e tem como perspectiva um outro país, uma outra sociedade e uma outra educação. Isso é Afroconsciência e a Lei 10.639/2003. Muito obrigada!

**MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:**

Maravilha! Superou todas as nossas expectativas, ministra! Nós estávamos ansiosos por ouvi-la. Muito obrigada. Eu gostaria de chamar aqui à Mesa para participar dos debates a nossa colega Nívia Mônica, que também tem uma relação com este nosso trabalho.

**NÍVIA MÔNICA:** Bom dia a todas e a todos! Ficamos muito felizes quando tivemos a notícia de que a senhora viria. De fato, todos os temas tratados aqui têm interface na área da educação, na área da infância e juventude, na área de direitos humanos. Como coordenadora do Centro Operacional das Promotorias de Direitos Humanos, controle externo da atividade policial, temos tentado estimular a participação política, que é essencial, e daí surgiu a nossa proposta, no ano passado, do acordo de cooperação

com a Seppir. O Procurador-Geral de Justiça assinou o termo pelo Ministério Público, e nós do Centro de Apoio somos intervenientes, não só no sentido de fomentar a criação dos conselhos e das coordenadorias municipais nas cidades maiores em princípio, mas também de qualificar essa participação social e política. A Macaé falava aqui sobre os Neabs, e acho muito importante esse engajamento de forma regional dos núcleos de estudo da história afro-brasileira porque muitas vezes os conselhos são criados e ficam esvaziados, não é? O Ministério Público tem um centro, um núcleo de atendimento, que recebe denúncias de várias áreas relacionadas à violência policial, à violência contra presos, relacionadas a racismo, todas essas questões de direitos humanos, que encaminhamos aos promotores. Lá também se reúne a sede do CONEPIR. Precisamos realmente motivar as pessoas a participar do Conselho Estadual porque grande parte desse nosso acordo de cooperação depende de um Conselho que seja um reprodutor das políticas. Estamos muito esperançosos. Eu fiquei muito feliz com a nomeação da Macaé porque trouxe gênero e cor ao secretariado, embora seja a única representante do gênero feminino no secretariado. A expectativa que recai sobre ela nesse momento é muito grande, não só em relação à educação, mas também no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo de uma forma geral. Nós esperamos que o novo Governo renove esse fôlego, já vemos por essa iniciativa, essa campanha lindíssima que

foi lançada pela Secretaria de Educação que tem tudo a ver com o enfrentamento ao racismo, que não se dá de outra forma senão passando pela educação. É claro que o Ministério Público atua também reprimindo os casos de crimes de racismo para orientar o tratamento quando eles ocorrem, por exemplo, na área do consumidor, em eventos esportivos, a violência institucional contra jovens negros. Isso está no nosso acordo de cooperação porque a fiscalização da atividade policial em geral está junto com a atribuição de direitos humanos no Ministério Público. Temos tentado pactuar formas de controle da investigação dos jovens negros que são mortos (infelizmente o que a Macaé falou aqui é a mais pura verdade: o tráfico às vezes é uma justificativa para qualquer tipo de atrocidade que aconteça). É alarmante vermos esses níveis de violência, é um descaso maior levando em consideração a cor da pele. O Ministério Público tem o dever de contribuir em várias áreas para esse trabalho de reconstruir essa história e recontá-la de uma forma que não seja de um lado só. A história tem que ser recontada pelos seus verdadeiros protagonistas. Aproveito para saudar a minha colega Cláudia Amaral, que é a titular da Promotoria de Direitos Humanos da Capital, onde se instaurou um procedimento voltado especificamente para aferir como tem sido a implementação da 10.639 nas escolas de um modo geral. Nada melhor do que um trabalho integrado entre os vários segmentos do Ministério Público, até porque é uma

questão multifacetada, e acho juntos ainda vamos fazer com que a mudança que queremos ver aconteça na realidade, no cotidiano das pessoas. Agradeço a oportunidade que a Maria Elmira nos deu de estarmos aqui e espero que os debates continuem sendo proveitosos. Muito obrigada.

**MARIA ELMIRA DO AMARAL DICK:** Vou iniciar os debates, mas antes fazer algumas colocações acerca da atuação do Ministério Público. Houve aqui uma discussão sobre o racismo institucional e o racismo de elites. Se nós estamos aqui falando também do trabalho do Ministério Público, de cotas também em concursos públicos, de uma educação para diversidades, nós vamos ter que combater essa questão tradicional, enfrentar as discriminações tradicionais. Isso de certa maneira vem sendo feito. É um caminhar, é um processo, e nós temos alguns exemplos aqui dentro dessas nossas parcerias. Nós temos também diversos trabalhos do Ministério Público que estão surgindo e eu gostaria de salientar a campanha Conte até Dez, que foi uma campanha pensada pelo Ministério Público nacional para um contexto de violência e de homicídios em situações corriqueiras. Como o Ministério Público estava se portando em relação a essa violência? Qual é o maior alvo da violência brasileira? Os jovens de 18 a 20 anos do sexo masculino de cor negra, que estão sendo assassinados brutalmente e alvo das mais diversas violências. Então foi feito um trabalho de combate a essa violência, a campa-

nha Conte Até Dez, que foi amplamente divulgada pela mídia. O desdobramento da campanha Conte Até Dez foi a elaboração de uma cartilha, um plano de aula que foi discutido também com o MEC. Esse plano de aula foi elaborado para que o professor possa discutir a violência, o racismo, a defesa da pessoa com deficiência, a violência contra a mulher, a violência na sala de aula. Em princípio com alunos do Ensino Médio, em que há altos índices de evasão de adolescentes negros, porcentagem muito maior de evasão em relação ao alunado da cor branca, até por questões sociais. Esses grupos de jovens que estão sendo brutalmente assassinados na nossa sociedade.

Quando falamos na questão do racismo institucional, racismo de elites, temos que passar pelo dever de casa, olhar para a nossa instituição, o Ministério Público, que pela Constituição é instituição cidadã, para que ele também tenha esse trato internamente com seus promotores, seus servidores. Como acontecem essas relações de trabalho aqui dentro e como nós vamos nos portar aqui para podermos discutir as questões lá fora. Então é nesse sentido que o Ministério Público quer continuar sendo parceiro nas discussões relacionadas à Cidadania, e a Lei 10.639 é uma lei que busca o direito à vida, à cidadania, à empregabilidade futura da população negra. Como vai acontecer a inserção desses jovens no mercado de trabalho? Como vamos discutir na escola a questão dos currículos e

dos projetos político-pedagógicos, com essa mudança de postura curricular? Os professores têm capacitação para falar dessa cultura? Eles se sentem à vontade para falar da cultura afro dentro dessa sociedade que segrega? Isso está acontecendo por esse viés de liberdade e de possibilidade do professor falar abertamente sobre essa questão? São temas que precisamos discutir. Como a lei será realmente implementada lá na ponta? Os conselhos estaduais, que devem medir os parâmetros dessa aplicação, estão olhando também essas questões desses projetos político-pedagógicos? Os regimentos internos estão contemplando essa discussão para que possamos efetivamente mudar a realidade de racismo institucional, de racismo de elites, de uma educação por muito tempo vista como uma educação para elites? Hoje existe essa fala muito intensa no sentido da educação para as diversidades, mas há diversas violências dentro da escola: evasão, analfabetismo, segregação, discriminação. A ausência de aplicação da lei e a falta da abordagem da cultura afro nos currículos também são violências que podemos verificar na escola.

Quando convidei a professora Mara para estar aqui, ela me disse que estava no Museu de Artes e Ofícios, fazendo uma palestra para alguns gestores. E eu fui até lá e lá tive a oportunidade de fazer a visita a esse museu belíssimo. Este é um modo de se aplicar a lei, de se discutir a lei. Parabéns à professora Mara pelo trabalho, que discute

aquele acervo, como o negro no seu ofício contribuiu ou foi o principal responsável pela cultura que temos aqui, o trabalho da mulher negra, a questão da religiosidade... É possível aplicar a Lei 10.639 com o que existe na sociedade. Em qualquer cidade há memória, não precisamos estar em cidades históricas reconhecidas, como Ouro Preto e Mariana ou em cidades que tenham grandes museus, mas qualquer cidade tem a sua história para ser contada, lembrada e visitada à luz da Lei 10.639. Toda essa discussão é para que possamos realmente inserir boas práticas relacionadas à Lei 10.639 nos contextos escolares e na comunidade escolar (alunado, professorado, família, entorno).

Dentro do Ministério Público Nacional, temos o Grupo Nacional de Direitos Humanos com diversas comissões em diversas áreas. Neste ano eu estou coordenando a Comissão Nacional da Educação, e nós temos parcerias com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e também no conselho nacional do Ministério Público. Na Comissão de Direitos Fundamentais, presidida pelo procurador de Justiça Jarbas Soares Junior, foi criado também o GT8, que é o GT da educação, e nós já temos essa fala de interface com o GT de Direitos Humanos. A procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, a Dra. Bernadete, também já faz um trabalho relacionado ao racismo institucional e à aplicação dessa lei. Temos também o projeto da Educação em Direitos Humanos, também para o

Ministério Público no sentido de que os promotores sejam capacitados nessa linha da educação de direitos humanos e aplicação desses resultados no momento de seus trabalhos. É um longo trabalho que nos espera, mas já é um começo frente a essa história de segregação em diversas questões. Apenas para fechar, nós temos uma Mesa feminina dessa vez, porque geralmente há um procurador, o procurador-geral de Justiça, o nosso chefe, ou procurador-geral adjunto, mas dessa vez estavam em viagem. Não é sempre que isso acontece no MP, mas dessa vez calhou essa Mesa feminina. Mulheres falando pelo Ministério Público, falando de cidadania numa escola para um público atento. Então é mesmo uma mudança de paradigmas, de parâmetros e é exatamente dentro dessas mudanças que o Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Nacional querem estar inseridos. Gostaríamos então de passar a palavra para alguém que queira fazer alguma intervenção, falar sobre o trabalho que realiza, fazer alguma pergunta nesse ambiente acolhedor e bem informal que está sendo esse nosso evento.

**SRA. MARLENE:** Bom dia! Meu nome é Marlene, eu coordeno o Núcleo de Educação Étnico-Racial da Prefeitura de Nova Lima. Temos que reconhecer que há um avanço significativo, inclusive sobre formação dos professores, mas infelizmente quando esses professores retornam para as salas de aulas, eles encontram diretores resistentes. Nos

órgãos e núcleos de educação étnico-racial que estão dentro das secretarias, geralmente há uma pessoa que trata dessa questão e vira alvo, é ela que resolve tudo, os secretários estão se eximindo dessa responsabilidade, e quando um secretário é questionado, fala assim, ah não, nós temos uma pessoa lá que trata disso, ou nós temos duas pessoas que tratam disso. Em ano de avaliações IDEB e Simave, falam assim: “Marlene, em ano de IDEB vai ser complicado você vir com essa questão para a nossa escola”. “Estamos preparando para o Simave, não venha com essa questão para a nossa escola.” Então quando é vermos essa questão de forma significativa no Simave e na avaliação do IDEB? Quando os diretores e os secretários vão ser diretamente responsabilizados, apresentando um plano de ação anual para esse trabalho? Qual a dotação orçamentária disponibilizada para isso? Apenas colocar pessoas para trabalhar e dizer que estão trabalhando, quando na verdade não têm nenhuma condição para que esse trabalho seja feito, não é legal. Eu gostaria que alguém me desse um retorno quanto a essas questões.

**SRA. NELDA:** Bom dia! Meu nome é Nelda, sou diretora da Escola Estadual Orôncio Murgel Dutra, vou defender aqui os diretores em relação ao que ela falou. Estou participando do Prêmio Educar para Igualdade Racial e estou desenvolvendo o projeto na escola. Há muitas dificuldades financeiras, alguns professores que questionam,

porque já está impregnado na escola que só se trabalha o tema em novembro, no dia 20 de novembro se apresenta um trabalho na feira de cultura. Isso já está impregnado. Então, estou tendo muita dificuldade, há também a dificuldade de registrar, estamos pegando coisas que foram feitas, mas que não foram registradas para vermos o trabalho que a gente faz na escola. Então estou correndo atrás. Tem exceção às regras, mas realmente tem que pensar e cobrar dos diretores para fazer um trabalho deste na escola porque é muito bacana. Os meninos ficam encantados. E eu estou amando trabalhar, eu nem sabia que tinha o folder, depois eu quero pegar. É isso.

**SR. AFONSO CELSO RENAN BARBOSA:** Você defendeu os diretores, eu vou defender os secretários, embora ela tenha razão. A Mara está ali, e a equipe da Mara. Não é uma tarefa simples, mas como disse a professora Nilma, a cada avanço, a cada passo temos que nos prepararmos para um avanço ainda maior, não podemos perder a paciência nunca. Ontem eu estava conversando com a Mara, estava dizendo a ela que, em Belo Horizonte, já temos uma série de coisas feitas, mas é necessário formar grupos internos em cada setor, grupos internos em cada regional e nunca deixar de trabalhar, não podemos parar. A cada passo agregamos a conquista na cultura que já está instituída e buscamos novas culturas. Antigamente um vereador disse que pelo fato de a Macaé ser negra, ela ficava defenden-

do as religiões afro. Ele nos achincalhava por comprarmos livros para o kit escolar que valorizavam a cultura e a religião afro. Ou seja, existe esse tipo de preconceito e a gente vai rompendo, não é por causa dele que vamos parar. Temos conseguido avançar com essa cultura e transferi-la de secretário para secretário. Hoje a Macaé não está lá mais, mas continuamos com o trabalho e vamos avançando.

**SRA. GLEISE:** Bom dia a todos! A essas grandes personalidades, algumas eu não conhecia pessoalmente, a Macaé já é querida há muito tempo, e as demais eu sempre venho acompanhando. Sou pedagoga da Polícia Militar e quando surgiu essa lei, eu não estava trabalhando ainda no Estado-Maior da Polícia, eu estava como pedagoga dos Colégios Tiradentes, e nós começamos um trabalho lindíssimo sobre afro-brasileiro. Logo em seguida, a Polícia Militar montou um grupo com jovens das comunidades carentes. Hoje, temos um grupo dentro da Polícia Militar que se chama Juventude e Polícia, que trabalha a cultura afro-brasileira, as danças, os batuques. Eu sou pedagoga e faço trabalhos voluntários nas escolas. Muitas vezes, eu percebo que em relação aos monitores para as crianças com deficiências, alguns meninos têm, outros não. É mais um desafio. Monitores suficientes nas escolas estaduais. Obrigada.

**SRA. ANTONIETA:** Bom dia! Parabéns a todos! É realmente uma palestra muito boa. Silenciamento dói. E na Educação Infantil mais ainda. Temos que trabalhar muito com formação. Estou há dez anos na Rede Municipal

e não conheço formação continuada com essa temática, principalmente na Educação Infantil. A Prefeitura de Belo Horizonte coloca a vulnerabilidade como critério para matrícula para 70% das vagas. Eu trabalho com criança negra e temos muito o que debater. Acho muito complexo trabalhar com o tema racismo, porque se eu não tiver formação, entendimento, posso fortalecer esse racismo. Então, ter formação continuada é importantíssimo. E a Educação Infantil anda silenciando muitas práticas de racismo.

**SRA MARIA NAZARET TELES:** Bom dia! Um bom dia especial à professora Macaé. Através da nossa luta e militância na educação, conseguimos fazer boas intervenções na política municipal de Educação, fizemos um trabalho com as famílias e eu aprendi muito. A importância do seu trabalho na Secretaria Municipal de Educação. E hoje percebo que você está também caminhando para este projeto de trabalhar com as famílias, de dar atenção a essas famílias e promover a educação, o conhecimento e a valorização das nossas crianças negras. Professora Nilma, as ações afirmativas dentro da Federal foram um grande ganho, mas os nossos filhos ainda sofrem racismo dentro das universidades. Precisamos trabalhar muito e com afinco reafirmando este lugar e o direito que eles têm de estarem ali. Dra. Santa Gema, é um prazer conhecê-la, e dizer da minha grande preocupação com a redução da idade penal. Isso tem endereço e me preocupa muito

com os nossos filhos negros, com a população negra periférica, que está cada vez mais marginalizada, na linha de extermínio. Então, esta luta precisa ser para além dos muros da escola. Nós ainda temos pessoas sendo discriminadas na nossa sociedade. Coordeno um grupo de Promoção da Igualdade Racial na Regional Norte de Belo Horizonte, onde aproximadamente 90% da população é negra. Queremos que esse debate saia do muro das escolas e passe para a sociedade. Obrigada!

**SRA. SORAIA FELICIANA MERCÊS:** Bom dia! Meu nome é Soraia, sou educadora infantil da Rede Municipal de Belo Horizonte, atualmente em readaptação funcional na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. Gostaria de citar a professora Inaldete Pinheiro, um grande exemplo, ajudou minha autoestima e continua estimulando o meu trabalho. Implementar a Lei 10.639 é muito difícil quando não se garante Estado laico. História e cultura afro-brasileira têm a ver com as religiões de matriz africana. E retomar a questão da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que amplia a Lei 10.639, e discutir sobre o silenciamento e o apagamento desse setor da nossa sociedade, dos povos indígenas. Não podemos continuar ignorando a existência dos povos indígenas.

**MAMETO:** Eu como mulher negra, trajada de matriz africana, do Fórum Estadual de Mulheres Negras, do Movimento Negro, representante em vários Conselhos

Municipais de Matriz Africana em Contagem, em várias Conferências Municipais, Estaduais, Regionais, Nacionais, me sinto triste, decepcionada, quando se fala que a lei está implementada, a lei está em prática, mas quando chego numa escola, trajada, começam a rir. Não estou trajada de palhaça, assim como outros podem estar vestidos de batinha, com seu solidéu, com seu chapéu, com as suas vestes, eu também estou trajada porque sou uma Mameto, tenho família, nome a zelar e a minha ancestralidade é que me conduz. Já fui a várias escolas para dar palestras gratuitamente, mas acabam não respeitando os saberes tradicionais, os griôs. Professora Gleise, quando a senhora fala sobre os tambores para os jovens, é jovem militar? Eu gostaria de saber se foi explicado e exemplificado o que é uma macumba, se sabem quem são os tocadores de tambor, como é feito este tambor. Alguém já viu ao menos via internet? Alguém sabe o que é um tambor de crioula, sabe qual é o significado dos tambores? Porque onde tocam os tambores eu vou mesmo, porque a minha ancestralidade é que me conduz. Desculpe, eu não saudei os meus mais velhos nem os meus mais novos. A benção, Motumbá, Makuiu, Kuzandiô! E aí dizem “aquela é macumbeira”. E as pessoas esquecem que existe a árvore que se chama macumba. Não faço macumba, eu cuido, trato das pessoas que me procuram como um todo. Eu quero que o respeito à laicidade seja colocado em prática. Quando se vê que a Igreja Universal tem os soldados de Cristo e se coloca uma espada empunhada no peito

de uma Mameto, de uma Iá, é um desrespeito com a nossa Religiosidade, com o nosso saber, com o nosso povo tradicional africano, afro-brasileiro. Obrigada.

**SRA. GLEISE:** Parabéns pelas suas colocações, pela sua convicção! Muito boa pergunta. Obrigada! Quando cheguei para trabalhar com esse grupo de Juventude Polícia, perguntei se havia a parte teórica. O Sargento Jones na época me falou que fazia o possível, falava da origem de cada música, da origem dos tambores, mas que não aprofundava muito, porque o aprofundamento cabe à escola. Ele queria incentivar as escolas a fazerem esse trabalho, foi o que pôde fazer na época, quando começou. Hoje eles dão oficinas nas escolas. Não tem como o policial fazer muita coisa, pois ele também tem outras atribuições.

**MESTRE MARCELINHO:** Boa tarde! Parabéns à organização deste encontro que nos promoveu esta oportunidade única. Ministra Nilma, parabéns pela sua história! Fiquei muito comovido quando falou sobre sua mãe. Dra. Arminda, secretária Macaé, eu sou o mestre Marcelinho, presidente do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais. Estou aqui porque tenho muito interesse por esta causa. A inclusão da capoeira nas escolas com certeza traz um benefício muito grande. Buscamos estudar as raízes, porque não queremos ensinar apenas os alunos a jogar a perna para o ar e ficar de cabeça para baixo, queremos ensinar a eles as origens da capoeira. Tenho uma

visão muito privilegiada porque eu sou policial militar há 28 anos, então conheço a situação de dentro da Polícia Militar e de fora. Trabalhei muitos anos em aglomerados, conheço o trabalho Juventude e Polícia, coordenado pelo sargento Jones, que foi meu aluno de capoeira quando ele era ainda criança, faz um trabalho excelente através do qual a Polícia Militar conseguiu entrar nos aglomerados com outra visão, de outra forma. O sargento Jones é incentivado por mim a falar sim das origens do tambor porque não basta apenas tocá-lo, é preciso saber por quê. Então nós buscamos esse entendimento. Como representante do Conselho de Mestres do Estado de Minas Gerais, eu queria que a ministra me desse uma posição, que eu saísse daqui convicto de que a capoeira terá o seu espaço nessa nova lei. No papel, existe a inclusão da capoeira nas escolas, mas até o momento na prática isso não está sendo bem cumprido. Tenho certeza de que é um processo, que nós iremos conseguir e estamos à disposição para ajudar no que for preciso para o crescimento da cultura do nosso Estado e do Brasil. Muito obrigado.

**SR. RONALDO:** Um forte abraço a todos. Meu nome é Ronaldo. Sou auxiliar de biblioteca da Rede Municipal, e também capoeirista, angoleiro. Mestre Marcelinho já trouxe grande parte do meu questionamento, eu só vou complementar. Em relação à lei 10.639, é muito importante a presença dos mestres de capoeira dentro da escola e essa

presença ainda é pequena e pouco reconhecida em termos financeiros. Existem muitas dificuldades, como burocracia para contratar e valorizar a hora-aula desses mestres, dificuldades do próprio corpo docente para acolher esses mestres dentro da estrutura e do espaço escolar, a questão espacial, a questão da materialidade. Como a nossa irmã mencionou, a dificuldade de aceitação, de lidar com essa história, com esse referencial desses instrumentos musicais, da vestimenta. Como isso tudo deve ser trabalhado. Na minha opinião, isso também é uma questão de gestão, uma questão de comando que precisa ser vista. Então, eu só queria fazer esse complemento e agradecer, dar os meus parabéns para a Macaé e para a ministra Nilma. Estamos muito felizes por ter essa representação, nós homens estamos muito orgulhosos por sermos representados pelas mulheres, para nós é uma honra muito grande, parabéns também à Cleide, muito feliz por ela. Um abraço.

**SRA. GUIOMAR:** Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento a Mesa, cumprimento Dra. Maria Elmira pelo excelente evento desta manhã, professora Macaé, as falas foram maravilhosas. Muito prazer, ministra, em conhecê-la, em ouvir essa excelente palestra magna. Dra. Maria de Lourdes, nós já tivemos a oportunidade de trabalhar juntas pela Conspiração Mineira pela Educação, não é, Tânia? Como ouvidora educacional do Estado, eu gostaria de dizer que nesta semana apresentamos à professora

Macaé um relatório da Ouvidoria Geral do Estado, especificamente da Ouvidoria Educacional, e o que nós observamos? Foi isso que a professora Macaé falou. 80% do uso da Ouvidoria é feito por servidores para alguma reclamação, denúncia ou sugestão sobre vida funcional. Por que não incentivar o uso da Ouvidoria nesse trabalho maravilhoso da Lei 10.639? Inclusive temos um projeto muito interessante que se chama Ouvidor Jovem. Podemos colocar os ouvidores jovens nas escolas ouvindo e apresentando o que presenciam em relação à postura racista que, infelizmente, ainda existe nas escolas. Então, coloco a Ouvidoria Geral do Estado, em especial a Ouvidoria da Educação, a qual represento, a serviço e em parceria da Secretaria de Estado de Educação, do Ministério Público e da Seppir.

**PROF. MARA:** Quero parabenizar e agradecer pela dimensão que significa três instituições desse porte alinhadas aqui em Belo Horizonte com essa pauta tão importante. Eu quero deixar uma pergunta sobre quais são os próximos passos do Ministério Público, do Estado, da Seppir para que as outras Secretarias Municipais também façam esse movimento. Eu sinto falta aqui da Undime, que alinha a política em nível estadual também e acho que é um grupo importante para essa demanda. Queria dizer à Macaé que a campanha que foi iniciada pelo Estado é muito intensa e teve um impacto muito importante dentro das escolas. Percebemos, ao circular por Belo Horizonte, que essa

pauta está na cidade. Queria trazer as demandas sobre as questões indígena, cigana e a presença dos judeus aqui na cidade e a contribuição que a gente pode dar também a esses povos quanto às relações étnico-raciais. Obrigada.

**SRA. ANDRÉIA:** Boa tarde a todos e a todas. Queria parabenizar a ministra pela belíssima fala, a querida Macaé e a Dra. Maria Elmira pela iniciativa deste importante evento. Eu sou Andréia, assessora do procurador de Justiça de Minas Gerais e estou cedida no Conselho Nacional do Ministério Público. Temos uma Comissão de Direitos Fundamentais e, dentro do Conselho, temos um GT de enfrentamento ao racismo. O grande desafio não é só romper o silêncio na escola, mas romper o silêncio do próprio Ministério Público brasileiro. Dentro do GT do enfrentamento do racismo, temos um projeto que se chama Conhecer para Enfrentar, que trabalha a questão do racismo institucional. O Conselho está criando o GT de Educação; Maria Elmira estará na frente, então já é uma proposta de pauta nacional: pensar a estratégia e atuação do Ministério Público brasileiro na questão da implementação da Lei 10.639 e também no combate ao racismo institucional. Estamos trabalhando em conjunto – GT Educação e GT Racismo. Dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, estamos também discutindo a proposta de cotas para o MP. O Ministério Público da Bahia foi o primeiro a adotar as cotas e está em processo uma resolução nacio-

nal no Ministério Público brasileiro. Precisamos avançar nisso. Outra questão em que temos trabalhado muito é o genocídio, o extermínio da juventude negra. No dia seis de maio, haverá a primeira audiência pública sobre genocídio da juventude negra. Estamos juntos neste desafio de romper esse silêncio dentro do Ministério Público, como podemos ver o empenho das promotoras Maria Elmira, Santa Gema e de tantas outras. Muito obrigada.

**MARIA DE LURDES SANTA GEMA:** Bem, eu já falei no início, mas eu queria lembrar que uma lei que traz uma política pública tão importante depende de uma ampla participação da sociedade, não só as gestoras têm que fazer a partes delas. Como eu mencionei, a Promotoria da Infância e Juventude e outras Promotorias têm trabalhado os orçamentos do Município e do Estado. Vamos às audiências públicas na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, onde decisões são tomadas, mas muitas vezes vemos a ausência da sociedade. É o momento de propor uma emenda porque, por mais que a secretária Macaé queira levar esse tema para dentro do orçamento, como eu falei para vocês, o Governo do Estado tem que pensar em todas as áreas, não é? E ganha no orçamento, falando um português bem claro, quem tem mais força. Esta é a verdade. Sozinhos, não conseguimos fazer uma verdadeira mobilização. A partir do dia 27, Belo Horizonte vai realizar a Conferência da Criança e do Adolescente. É importante

saber quem serão os delegados que levarão as propostas para o Estado e para o Governo Federal. Depois da conferência, o Conselho Municipal e o Conselho Estadual podem deliberar uma resolução dizendo que aquela política pública é de Belo Horizonte, é do Estado de Minas Gerais e chegar até o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Não podemos também esquecer de cobrar. Está no orçamento, mas vamos às casas legislativas quando tem a prestação de conta para saber do gestor, por que essa matéria não saiu do papel? Neste ano, vamos ter outro momento importante no Estado de Minas Gerais, o Plano Plurianual. O que isso significa? Significa que o que não está no Plano Plurianual não vai entrar no orçamento e, não entrando no orçamento, não vai ter recurso público. Minas Gerais tem uma participação fundamental, porque nós precisamos desse recurso. Lógico que o Ministério Público fará a sua parte. Com certeza a secretária também e a ministra vai inserir no Plano Plurianual da União, mas nós também precisamos fazer isso justamente para garantir recurso inclusive para as capacitações. Precisamos também exigir das casas legislativas que se não foi incluído, se esses recursos são insuficientes que, sejam apresentadas emendas parlamentares nesse sentido. Estar presente também nas reuniões na Câmara de Vereadores, que são quadrimestrais, a próxima será dia 11 de maio às sete horas da noite. E questionar. Normalmente, a Secretaria Municipal de Educação sem-

pre está ali presente. É uma oportunidade para os senhores vereadores, ao fazerem as suas emendas, emendas de bancadas, prestigiarem esse tema. Nós, como sociedade, temos que fazer a nossa parte. Só para finalizar, a respeito da redução. O Ministério Público tem feito um trabalho nesse sentido, mas também a sociedade precisa combater isso, debater esse tema, discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na área infracional, ele é mais rigoroso com o adolescente infrator do que as leis penais para o adulto, mas a sociedade não sabe disso, nós deixamos essa discussão avançar e ficamos esperando que o Governo faça um veto. Mas no caso de Emenda Constitucional, a presidente não vai poder vetar se isso passar. Então, nós temos responsabilidade. Quem é contra, tem que dizer por que, ir para a praça pública e defender essa ideia, mas defender com prática, não é simplesmente falar: ah, eu não quero, porque eu acho que vai ser um absurdo, vai superlotar a cadeia, este não é o argumento. O argumento é que as medidas socioeducativas precisam ser aplicadas com qualidade e, acima de tudo, com dignidade. O fato de praticar um ato infracional não pode causar a perda dos direitos como cidadãos. Obrigada.

**MACAÉ EVARISTO:** Foram apresentadas tantas questões e eu acho que tem alguns pontos aqui que são importantes destacar. Eu queria, primeiramente, dialogar com a nossa colega de Nova Lima que chama a atenção para essa

questão do orçamento. O nosso ex-presidente Lula disse que não tinha previsão orçamentária quando ele criou o Bolsa Família, mas ele falou: nós temos que fazer e vamos ter que achar orçamento para essa agenda. E o programa se transformou no que é o programa Bolsa Família, com os indicadores e resultados que transformaram a nossa sociedade de 2000 para 2010. Em nosso estado, após 2010, vimos a redução gigantesca do número de municípios com o IDH mais baixo. Isso se fez com uma política pública forte e com um foco muito claro que era pensar na pobreza, pensar nas pessoas desfavorecidas e associar à transferência de renda duas condições muito importantes: a frequência à escola e a vacinação das crianças e dos adolescentes. E tivemos a melhoria no resultado dos indicadores de acesso e permanência ao longo do ensino fundamental entre o público beneficiário do Bolsa Família. Hoje os dados confirmam o que muitas pessoas falaram que não se daria, porque a elite brasileira dizia: isso vai incentivar os pobres a ter mais filhos. E a gente viu que isso não aconteceu. Isso vai fazer com que as pessoas não trabalhem. Nós vimos que isso também não aconteceu. Então essa discussão de orçamento é importante, eu acho que a Maria de Lourdes já deu as pistas, e nós, quando estamos nesses lugares, quando assumimos as coordenações e os lugares pedagógicos, nós somos impactados e temos que brigar. Você está aí é para isso mesmo. Porque até chegar aí não foi sem briga não, gente, nós brigamos a nossa vida

inteira, então não vamos ter ilusão. Nós não vamos chegar nesse lugar e parar de brigar, não, gente, nós vamos chegar e nós vamos brigar mais. Então eu acho que esse é um aspecto. Isso é líquido e certo. Tem uma passagem da Bíblia que fala: “vigiai e orai”. Eu falo que isso para nós vale sempre. Mas vigiar é fundamental, senão não adianta orar. Outro destaque é a questão das avaliações. Minas Gerais é o Estado que tem o mais antigo Sistema Mineiro de Avaliação e, após o Simave, nós tivemos várias outras avaliações. Foi criada a Prova Brasil pelo Governo Federal, a Ana, o Proalfa. Um dos nossos desejos na Secretaria de Estado da Educação é a rediscussão do Sistema Mineiro de Avaliação, inclusive precisamos avaliar se é mesmo necessária essa profusão de avaliações e como podemos, junto com o Governo Federal, construir uma agenda de avaliação sistêmica, mas que não seja insuportável para as escolas. Não é um debate fácil, porque ele tem que ser construído nacionalmente. A Secretaria de Estado de Educação está fazendo esse debate internamente, pensando em um novo Sistema Mineiro de Avaliação Educacional, que considere o diálogo com as avaliações nacionais para termos uma dinâmica de avaliações longitudinais de longo prazo, mas sem repetir. Atualmente, no mesmo ano temos a Prova Brasil e o Proeb, para avaliar os mesmos meninos do quinto e do nono anos, na mesma matriz de referência, na mesma escala, para produzir o mesmo relatório, que às vezes nem dá tempo de ser usado, porque a avaliação

é feita em novembro, o relatório chega em maio, em novembro tem nova avaliação. Então esse é um debate que a gente precisa enfrentar. Não para desconstruir o Sistema Mineiro de Avaliação, mas para que ele seja efetivo. A avaliação é importante quando discutimos a afroconsciência? Eu acho que sim, porque além de democratizar o acesso, é também necessário democratizar o conhecimento e não é possível que as crianças e os jovens, em especial os nossos jovens negros, não dominem aquelas competências que estão ali. O que é afroconsciência? Afroconsciência é ter boa condição de infraestrutura nas escolas para as nossas crianças dos bairros da periferia e para as nossas crianças quilombolas. Isso também faz parte da avaliação. Tem biblioteca? Tem laboratório de informática? Tem água? Tem energia elétrica? Eu descobri que no Estado há escola que ainda não tem água e energia elétrica. Dois terços dos professores têm vínculo precário. 75 mil profissionais na Lei 100 e outros 75 mil que são designados. Como podemos melhorar a aprendizagem dos alunos se não temos uma equipe docente estável? Se a cada ano a diretora tem que começar outro projeto pedagógico, porque ela tem outra equipe de profissionais? Precisamos rediscutir os processos de avaliação e principalmente rediscutir o que fazer com os resultados dessas avaliações, senão ficamos numa ilusão de preencher o vazio com mais avaliação. A grande questão é: a partir de uma avaliação no município temos a capacidade de intervenção, mas ao fazermos grandes ava-

liações num Estado do tamanho de Minas Gerais, precisamos pensar na capacidade que temos de avaliar os resultados das avaliações. E a gestão dos resultados não é só a gestão da proficiência, porque para melhorar a proficiência dos estudantes é preciso melhorar uma série de condições básicas e prévias ao processo de aprendizagem e garantir uma trajetória ininterrupta, de sucesso para os estudantes.

Lembrando o que a Antonieta falou, que em BH, 70% das vagas das UMEIs (Unidade Municipal de Educação Infantil) são para a população de menor renda. Maria de Lurdes acompanhou bem de perto esse debate, que foi um drama na Secretaria de Educação na época. Por quê? Porque a gente queria 100%, e as pessoas diziam assim: “não pode, Macaé, tem que misturar, porque se não houver classe média na escola pública, ela não fica de qualidade.” Não se trata disso, precisamos ter condições efetivas para que haja oferta e qualidade. Não é de um dia para o outro. As redes que lograram ter melhor condição hoje na área educacional, não fizeram isso em uma só gestão, é um processo, demanda tempo, investimento e priorização. E para responder para a colega que falou da questão indígena: ao falarmos de afroconsciência (e essa mesa em especial tinha um recorte que era a questão étnico-racial negra) e do respeito à diversidade, partimos do pressuposto de considerar as diferentes diferenças, ainda que não enunciadas. Na Secretaria de Estado da Educação, já estamos instituindo uma Comissão Estadual de Educação

Escolar Indígena, que vai ser brevemente publicada; constituímos um grupo de trabalho para tratar da questão dos estudantes surdos; temos o Fórum Permanente de Educação no Campo; estamos dialogando com o Fórum Estadual de Diversidade que trata do monitoramento da implementação da Lei 10.639 e vamos estabelecer uma Comissão de Assessoramento na Secretaria para a implementação da Lei 10.639, que passará por várias agendas: a formação de professores, a materialidade, a infraestrutura das escolas, a acessibilidade, a juventude de 15 a 17 anos que ainda não concluiu o Ensino Fundamental. Já fizemos um bom diálogo com lideranças quilombolas do estado inteiro e vamos instituir a Comissão de Educação Escolar Quilombola. Essa área não existia na Secretaria, e ela tem que existir institucionalmente. Temos que ter uma equipe para tratar disso. Este é o primeiro movimento: existir. Outro dia uma senhora me encontrou no corredor e falou: “ah, Macaé, depois que você chegou, é maravilhoso, porque agora eu sou vista.” Entenderam? É simbólico, é importante. A campanha está na rua. Por que uma campanha? Porque precisamos ser vistos. Quem não é visto não é lembrado, a gente precisa ser visto. Nestes primeiros 120 dias de Governo, estamos colocando os inúmeros assuntos em tela. Nós temos muito trabalho pela frente, não será um trabalho de uma só gestão, mas precisamos construir ações e programas estruturantes garantidos dentro do nosso Plano Plurianual.

**NILMA LINO GOMES:** Bom, eu estava ouvindo a secretária Macaé e pensando: que bom que você está em Minas. Que coisa boa, muito sucesso na sua trajetória! E ela precisa muito da ajuda de todos nós, pois uma gestão não se faz sozinha, não é, Macaé? E para uma gestão que está começando, quantas iniciativas já estão sendo feitas!

Dentre as questões apresentadas, vou comentar primeiro sobre a mortalidade dos jovens negros, que é uma preocupação hoje para todos nós que lutamos por um Estado Democrático de Direito. Uma informação importante é que o Congresso instaurou uma CPI para investigar a questão da mortalidade dos jovens negros e a Seppir tem trabalhado ativamente com essa CPI. O deputado Reginaldo Lopes (MG) é o presidente, a deputada Rosângela Gomes (RJ) é a relatora. No Senado, a senadora Lídice da Mata instituiu uma CPI com o mesmo objetivo e a Seppir também vai acompanhar. Além disso, estamos acompanhando a discussão do aprimoramento do Plano Juventude Viva, coordenado pela Seppir juntamente com a Secretaria Geral. A Seppir também está analisando quais outras iniciativas e parcerias com os entes federados podem ser feitas sobre esse tema. Como já foi falado aqui, não dá para dissociar a questão da mortalidade dos jovens negros hoje da questão da redução da maioria penal. Não dá para dissociar uma coisa da outra e temos que estar muito atentos a essas duas dimensões.

Sobre a questão dos nossos estudantes negros e negras e os outros cotistas que entraram pela lei de cotas nas universidades públicas federais e nos institutos federais de educação, a UFMG instituiu recentemente a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis, na qual há uma coordenação de ações afirmativas, exatamente para pensar a permanência desses cotistas, pois, além da democratização do acesso, outro grande desafio é a permanência desses estudantes. A permanência incluiu não só as questões de ordem acadêmica e desempenho, como também o reconhecimento do direito que esses estudantes têm de ali estarem e do respeito que merecem dentro da universidade. As ações afirmativas existem na UFMG desde 2002 e hoje a existência e o trabalho dessa Pró-Reitoria é muito importante para a Universidade Federal de Minas Gerais. O professor Tarcísio é o pró-reitor e o professor Rodrigo Ednilson é o pró-reitor adjunto. São boas perspectivas para a UFMG que estamos acompanhando.

Com relação à capoeira e à religiosidade, acredito que haja uma tensão na sociedade brasileira que eu chamaria de tensão entre os saberes, entre as formas de conhecimento, misturada à intolerância religiosa. A tensão entre os diferentes saberes, que está no campo da ciência (e que por isso está na sociedade, na universidade e na educação básica), é a velha discussão da crítica às ciências, que vários pesquisadores e teóricos têm feito: ir além de pensar a

ciência moderna como a única forma de conhecimento. É entender que outras formas de conhecimento existem, são possíveis e que elas dialogam e outras vezes não dialogam, tencionam o conhecimento científico, tencionam para que esse conhecimento se abra ao diálogo. Temos que aprofundar também essa discussão sobre o que está e o que não está sendo reconhecido como conhecimento. Então, eu acho que neste caso nós temos que caminhar junto com o Ministério da Educação. A Seppir é um Ministério cujo objetivo é ser transversal e tem o grande desafio de realizar a política de promoção da igualdade racial tanto no contexto do Executivo quanto no contexto dos outros ministérios; para dentro e para fora. Para fora com a sociedade civil, com os entes federados e, para dentro, entre os próprios ministérios. Então, esta é uma discussão a ser feita com o Ministério da Educação, sendo a Seppir uma mediadora. Neste ano, já recebi representantes do movimento dos capoeiristas e várias organizações ligadas às religiões de matriz africana na Seppir. Está sendo fechado o primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável voltado para os Povos e Comunidades de Matriz Africana, e a Seppir já está começando a iniciar o diálogo do nosso segundo plano. A participação da sociedade civil conosco é muito importante. Entrem no *site* da Seppir, que está sendo aprimorado, porque é uma forma de participação da sociedade, de controle público das nossas ações e de dialogar conosco, enviando sugestões, apresentando de-

mandas, solicitando agenda. Curtam a página da Seppir no *Facebook*, é outra forma de diálogo, de acompanhar os nossos trabalhos e de ver inclusive o trabalho que tenho realizado. Tenho colocado toda a minha agenda para as pessoas acompanharem, desde reitoria eu fazia isso, porque acho importante que a sociedade acompanhe o que estou fazendo. Estou trabalhando para a nossa pasta, para a nossa causa, como foi a responsabilidade que me foi dada. Lembro também sobre a nossa Ouvidoria: até o meio do ano vamos implementar o Disque Igualdade Racial.

Em relação à questão quilombola, tivemos uma conversa com o Ministério da Educação, agora que foi indicado o novo secretário da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* (Secadi), Paulo Gabriel, ex-reitor da UFRB, e já estamos começando a pensar em como implementar as diretrizes da educação escolar quilombola em nível nacional. Temos aproximado cada vez mais o diálogo e a discussão sobre a regulamentação fundiária com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA); o diálogo com a Fundação Palmares, cuja nova presidente vai tomar posse; o diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Social; além do diálogo com o Supremo Tribunal Federal. Estamos trabalhando arduamente em relação à questão da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que foi impetrada pelo DEM

pela derrubar o Decreto 4887. Temos conversado com os ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a questão quilombola, explicando para eles a causa quilombola, já cobri sete ministros do Supremo nesse período. Estamos também conversando com todos os meus colegas dos 37 outros ministérios, levando a pauta de Promoção da Igualdade Racial, já cobri 12 ministérios até agora e vou cobrir todos os outros. Desde que cheguei, o que tenho feito é organizar internamente e fortalecer a nossa Secretaria, além dos órgãos de Promoção da Igualdade Racial que já citei, que levarão essa pauta para dentro dos estados e dos municípios. A Seppir está trabalhando seriamente para coordenar a pauta transversal de fazer a política de promoção da igualdade racial e de superação do racismo. Esta é uma responsabilidade de todo o Brasil, do Governo Federal, das suas instituições públicas, mas não é uma pauta só nossa que lutamos e atuamos no público. É necessário que as instituições privadas também se responsabilizem.

Em relação aos povos indígenas, como a Macaé já falou, eu quero só reforçar que quando eu falei sobre a afroconsciência e a educação, eu enfatizei que ela não elimina as nossas raízes europeias e indígenas. Então, não se pode dizer que a questão indígena não foi falada aqui; foi falada sim. Também falei que isso afirma a nossa africanidade. Sobre a discussão entre as leis 11.645 e 10.639, não vamos

criar problema onde não existe, vamos trabalhar juntos. Aqui, o foco é a 10.639, então nós estamos querendo falar sobre a questão da população negra. Quando queremos dar um enfoque na população indígena, nós falamos da 11.645. Isso é um arranjo político, não significa que estamos negando a normatividade da legislação e nem negando que a 11.645 alterou o 26 A, nós sabemos que o 26 A hoje é a 11.645, mas a 10.639 não caiu, o 79 D está lá. Então, são agendas e questões estratégicas que nós organizamos na nossa pauta de luta. Quanto mais nós somarmos esforços, óbvio que é melhor. Há pontos de convergência entre a questão indígena e a questão étnico-racial negra. Por outro lado, há pontos específicos. Existem pautas específicas da questão indígena para a educação, para a questão fundiária, etc. E existem pautas que são específicas da questão negra. Agora, a luta pelo direito, a luta pela terra, a luta pelo reconhecimento são pautas comuns.

Fiquei pensando também em propor para a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) a discussão sobre a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). A Seppir poderia solicitar essa pauta com a Undime; nós podemos ir até a Undime, apresentar e explicar o que é o SINAPIR para que possamos ter cada vez mais adesão e para que possamos desafiar e instigar os municípios a organizarem suas estruturas e colocarem em funcionamento seus órgãos de Promoção da Igualdade Racial.

Quero parabenizar o Ministério Público pela questão das cotas. Não foi isso que foi falado aqui? Que as cotas estão em andamento? Peço que conversem com a Seppir, nos deem essas informações, pois somos responsáveis pelo monitoramento da implementação da lei de cotas para os concursos públicos.

Quero chamar a atenção para mais uma ação do Governo Federal: o Humaniza Redes, instituído por uma Portaria Interministerial assinada pela Secretaria de Direitos Humanos, pela Secretaria de Desenvolvimento, pela Seppir, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Políticas de Mulheres. O Humaniza Redes é um *site* para denúncias de crimes e situações de discriminação que acontecem na internet. É uma Ouvidoria online para os diversos tipos de discriminação que a internet lamentavelmente ainda reproduz, como racismo, homofobia e outros tipos de discriminação.

Eu gostei muito da ideia que foi falada aqui, sobre a Ouvidoria Jovem. Vou levá-la ao nosso ouvidor na Seppir, e vou pedir para ele entrar em contato com a Ouvidoria aqui do Estado de Minas Gerais. Podemos avançar nessa questão da Ouvidoria Jovem, gostei muito da ideia e quero implementar. No mais, é agradecer e reiterar minha grande satisfação de voltar a Minas Gerais e ver Minas saindo na ponta com ações como estas; parabenizar a todos nós e

dizer que eu sou um produto desse estado, dessa cidade; sou um produto de Xopotó, de onde vem a minha mãe, Barro Branco, de onde vem meu pai, e Ponte Nova, onde minha família está. São raízes que eu vou levar para sempre e espero orgulhar Minas Gerais neste lugar em que estou. Muito obrigada.

**MARIA ELMIRA:** Eu gostaria de fazer só algumas considerações para fecharmos essa nossa palestra. Lembrar da atuação do Ministério Público Nacional no tocante a essas questões relacionadas à discriminação; estamos discutindo no Conselho Nacional do Ministério Público as questões do Estado Laico, é uma campanha; além dos GTs – O GT dos Direitos Humanos – e o GT da Educação que será implementado no dia 26 de maio lá em Brasília, estamos todos convidados para implementar o GT da Educação. Dentro do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, temos um termo celebrado entre o Ministério Público Nacional pelo CNPG e o Ministério da Educação, o MEC. Já estamos na quarta versão, é o quarto termo desde 2007, exatamente para que haja essa interlocução entre o Ministério Público Nacional (todos os Ministérios Públicos estaduais) e o Ministério da Educação – com trabalho, com parcerias, com eventos como aconteceu aqui em Minas Gerais, enfim, com trabalhos que o MEC pode disponibilizar seus autores, seus profissionais para estar junto conosco do

Ministério Público no desenvolvimento e na verificação desse direito relacionado à educação. Então, nós temos essa parceria entre o Ministério Público Nacional e o MEC.

Sobre a questão indígena, como a ministra Nilma falou da sua mãezinha de 86 anos, eu também vou falar da minha, porque me tocou especificamente. Eu sou fruto, criada e sustentada pelas línguas indígenas e pela toponímia; a minha mãe é uma professora também de quase 80 anos de idade, na área de línguas indígenas, então eu passei praticamente a infância toda visitando tribos e visitando a influência que se tem da língua indígena na nossa língua, e a questão também do africanismo na língua portuguesa. É preciso desconstruir essa fala e esse discurso que têm sim conotação de preconceito e de racismo. Então eu gostei muito da sua ideia, mas vamos tratar desse trabalho também junto com o Ministério Público Federal da área da cultura e da educação indígena e quilombola num outro encontro para podermos aprofundar um pouquinho mais, a sua ideia está devidamente anotada.

Em relação, como a ministra colocou, à tensão entre diferentes saberes, realmente sabemos que isso existe. Casos de meninos que foram retirados de salas de aula por questões de intolerância religiosa, porque estavam portando suas guias. Outro relato foi de uma mãe sobre seu filho do coração, adotivo, que estuda numa escola de origem

germânica de classe média alta, muito conhecida em São Paulo. Ela contou, publicamente, que esse menininho de sete anos, negro, ele não sofre preconceito das demais crianças, mas que um determinado pai foi questionar por qual motivo aquele menino estava naquela escola de origem alemã. Ora, o menino está ali porque está matriculado naquela escola, particular, os pais podem pagar a mensalidade. Então ela apresentou essa questão para denunciar esse preconceito. Ou seja, as escolas particulares continuam sendo escolas de elite, não apenas porque são pagas, mas porque pregam esse discurso. E é neste sentido também o trabalho que estamos fazendo (a Pró Eduque e o CAO - Direitos Humanos, que é coordenado pela Nívea Maria Mônica da Silva). Nós temos o projeto Educando pela Diversidade, e podemos, junto ao Sinepe, que é o Sindicato de Escolas Particulares, levar essa questão para as escolas particulares. Porque a escola pública abarca, já tem essa orientação, mas a escola particular tem uma resistência de abarcar a diversidade: “não vamos receber determinadas pessoas por conta da raça, do credo, da etnia...”; “não vamos receber o aluno de deficiência porque não estamos preparados...” Ah, então se prepare, pois desde 1988 a Constituição prevê no Art. 208, inc. III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. E então? Vamos pensar no descredenciamento dessas escolas particulares porque elas não estão cumprindo

essa diversidade em pauta? Vamos fazer essa discussão sobre as diferenças com o Sinepe e as escolas particulares. Sobre a Undime, nesta semana acontece o Seminário Estadual da Undime, por isso eles não estão presentes, mas são nossos parceiros e, evidentemente, nossos convidados. A questão da presença do monitor ou do professor de apoio em sala de aula para as crianças com deficiência é uma longa discussão. Há redes que colocam o professor de apoio e contratam pelo 62 da LDB, existem outras em que há um professor de apoio que tem um relacionamento pedagógico com o professor regente e também com o professor de AEE, como é o caso de Florianópolis (venho de um seminário no CNMP, numa ação estratégica nacional, onde dei uma palestra na área da educação inclusiva). Existem redes, como é o caso de BH, que têm monitores para atender esse aluno com deficiência na área de serviços, de higiene, de contatos, de mobilidade, de levar até o pátio. O Estatuto da Pessoa com Deficiência recebeu diversas críticas ao longo do caminho, mas parece que agora estamos chegando a um formato mais adequado constitucionalmente, com esse dispositivo que realmente vai prever a presença do profissional técnico para atendimento do aluno com deficiência em sala de aula.

**MACAÉ:** Esta questão é importante porque existem naturezas diferentes de inserção. Existe o professor cuja incidência é pedagógica, outro é o profissional técnico que

está no interstício entre a Saúde e a Educação. Ele é mais um profissional do cuidado, porque, às vezes, a criança precisa se alimentar por sonda, precisa de apoio para uso do sanitário, precisa ser auxiliada nas suas necessidades básicas... É outro tipo de profissional, que não o professor. O desafio ao fazer políticas de inclusão é construir novas categorias profissionais, porque determinadas questões não eram pensadas, elas só passam a ser pensadas quando nós chegamos no caso concreto, na escola e... “E aí, como é que vai funcionar?”.

**MARIA ELMIRA:** Sim, são novos profissionais, novos cargos, seria o caso de concurso para esses profissionais, são muitas as discussões para se efetivar realmente a inclusão desse alunado com deficiência na rede regular. Com relação à educação infantil, aproveito aqui a presença de todos para fazer um convite para o nosso próximo encontro mensal sobre a educação, que será sobre Educação Infantil. É uma pauta do Ministério Público Nacional: temos uma meta de universalizar a pré-escola até 2016, aumentar e ampliar a rede de atendimento para as vagas em creche. Embora, num primeiro momento, não haja essa questão da universalização, porque o plano nacional colocou 50%, mas nós do Ministério Público entendemos que se deve atender a demanda manifesta, a demanda que existe. Então nós também brigamos por 100% do atendimento da vaga em creche e pré-escola de 4

a 5 anos, abarcando a educação infantil em toda a sua diversidade, com equipamentos educacionais acessíveis às crianças com deficiência, etc. No dia 22 de maio, às nove da manhã, teremos a palestra da professora Rita Coelho do MEC. Estão todos convidados.

**MACAÉ:** Posso dar uma sugestão para a próxima agenda? Não esquecer dos movimentos do campo, porque há que se discutir a educação infantil no campo sim. Falamos muito na universalização, mas olhamos apenas os indicadores das áreas urbanas.

**MARIA ELMIRA:** Sim, eu vou anotando as ideias aqui. E Macaé, o MEC lançou no ano passado o *site* Planejando a Próxima Década, com indicadores em forma de gráficos para todas as metas do PNE, o que é extremamente interessante. Eu e as minhas parceiras da Proeduc fizemos para 2012 todos os indicativos da educação infantil na conta, no lápis. Desde o ano passado, já temos esses dados em gráficos para verificar o déficit de vagas tanto na pré-escola quanto na creche, e na questão da meta 4, da pessoa com deficiência na rede escolar de ensino. Teremos aqui também, no futuro, uma palestra sobre educação inclusiva, na perspectiva da pessoa com deficiência.

Por fim, eu gostaria muito de agradecer a presença de todos, em especial da nossa ilustre convidada, a minis-

tra Nilma Lino Gomes. Muito obrigada pela presença, pela palestra, pelas várias parcerias que nós temos aqui na área de educação e na área do enfrentamento, da Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Querida Macaé, parceira de longa data e vai continuar sendo, nós temos um termo de cooperação em Minas Gerais, entre o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Educação, que nós vamos reforçar, vamos aperfeiçoar e vamos estar juntos nessa questão da educação. Agradecer a todos pela presença e até o próximo mês. Vamos agora entregar o certificado para a ministra Nilma Lino Gomes e para a professora Macaé, da presença em nosso Ministério Público de Minas Gerais. E tem o livro “Membros Ilustres do Ministério Público” para as nossas convidadas. Até o próximo mês. Muito obrigada!